

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO:  
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

**VITÓRIA/ES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO:  
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

**VITÓRIA/ES**

Brasília  
MEC  
2015

## **EXPEDIENTE**

### **MEC**

Ministro de Estado da Educação

Renato Janine Ribeiro

Secretário Executivo

Luiz Cláudio Costa

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SEB**

Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo

## **FICHA TÉCNICA**

Profa. Dra. Rosana Ramos (UFLA)

Prof. Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira (UFMG)

Paulo Felipe Lopes de Carvalho (Mestre em Educação)

Camila Santos (Graduanda em Pedagogia)

Edsheila dos Santos (Graduanda em Pedagogia)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cajun	– Projeto Caminhando Juntos
CEEI	– Comitê Estadual de Educação Integral
CMEI	– Centro Municipal de Educação Infantil
EI	– Educação Integral
EJA	– Educação de Jovens e adultos
EMEF	– Escola Municipal de Ensino Fundamental
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IFES	– Instituto Federal do Espírito Santo
Inep	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	– Ministério da Educação
ONG	– Organização Não Governamental
PEA	– Programa Escola Aberta
PIB	– Produto Interno Bruto
PME	– Programa Mais Educação
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	– Projeto Político-Pedagógico
SEB	– Secretaria de Educação Básica
SECAD	– Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

- SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
- UFLA – Universidade Federal de Lavras
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Esquema conceitual da oferta de Educação Integral em Vitória.....	26
FIGURA 2 – Atividade desenvolvida no Projeto Cajun.....	29
FIGURA 3 – Crianças em atividade no Projeto Cajun .....	30
FIGURA 4 – Faixada de um dos Núcleos Brincartes .....	31
FIGURA 5 – Produções de uma das oficinas do Programa Mais Educação .....	33
FIGURA 6 – Pátio de uma das escolas inseridas no Programa Educação Integral ..	33
FIGURA 7 – Oficinas de dança do Programa Mais Educação .....	34

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número de matrículas de discentes no Município de Vitória – 2014 ....	14
TABELA 2 – Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Brasil, no Estado do Espírito Santo e no Município de Vitória – 2009, 2011, 2013.....	15
TABELA 3 – Escolas com atendimento em Educação Integral no Município de Vitória – 2015 .....	16
TABELA 4 – Matrículas na Educação Integral, no Município de Vitória – 2004-2012 .....	23



## SUMÁRIO

1	Introdução.....	9
1.1	Apresentação e aspectos metodológicos da pesquisa .....	9
1.2	O Município de Vitória: breve caracterização e dados educacionais.....	13
2	Histórico e panorama da Educação Integral em Vitória.....	17
2.1	Das primeiras ações à chegada do Programa Mais Educação .....	17
2.2	O cenário atual da Educação Integral em Vitória.....	25
2.3	O Comitê Estadual como “braço” da Educação Integral em Vitória.....	35
3	Olhares cruzados: a experiência da Educação Integral em Vitória sob a perspectiva dos diversos sujeitos envolvidos .....	46
3.1	Novos tempos para um novo fazer pedagógico.....	47
3.2	Os novos educadores: ampliação dos saberes e desvalorização do profissional.....	51
3.3	Espaço: o elemento central na discussão da Educação Integral em Vitória...56	
4	Considerações finais.....	63
	Referências.....	65

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Apresentação e aspectos metodológicos da pesquisa**

Este relatório faz parte da pesquisa nacional denominada *Programa Mais Educação: Impactos na Educação Integral e Integrada*, encomendada pelo Ministério da Educação (MEC) a um grupo de universidades brasileiras. A referida pesquisa dividiu-se em duas fases: a primeira (de 2012 a 2013), de caráter quantitativo, mapeou, no Brasil, a abrangência do Programa Mais Educação (PME), visando entender os impactos das ações indutoras do Programa na criação de demandas por Educação Integral (EI), em todo o País; a segunda, da qual este relatório faz parte, tem caráter qualitativo e representa a continuação da pesquisa quantitativa. Essa fase visa principalmente entender as especificidades de alguns estados e municípios brasileiros, tendo como abrangência as cinco regiões do País e o Distrito Federal. Dessa forma, neste relatório, o Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, será nosso foco de análise, a partir da qual, detalharemos os motivos da escolha do Município para compor a amostra qualitativa da pesquisa nacional.

É importante destacar que 258 questionários *on-line*, encaminhados às secretarias de educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foram respondidos na primeira fase desta pesquisa, isso dentro de um universo de 398 secretarias municipais e 27 secretarias estaduais.

A escolha dos municípios e estados para comporem esta segunda fase da pesquisa partiu do pressuposto da heterogeneidade de experiências mapeadas e da própria configuração heterogênea do território brasileiro. Buscou-se, assim, abranger todas as cinco regiões brasileiras, empreendendo a pesquisa tanto em redes municipais quanto estaduais de educação. Nesse ínterim, Vitória foi uma das elegidas como representantes da Região Sudeste, principalmente por já existir no Município, anteriormente ao Programa Mais Educação, experiências municipais de Educação Integral, das quais se destaca o Programa Educação em Tempo Integral, chamado atualmente de Programa Educação Integral, que tem dialogado com o PME após a chegada deste ao Município. É importante salientar também que o Programa Escola Aberta (PEA) é uma realidade em Vitória desde 2004 e foi um dos

responsáveis pelo estreitamento da relação escola/comunidade, concepção agregada às práticas em Educação Integral desenvolvidas no Município.

Segundo as diretrizes que orientam o Programa Educação Integral desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Vitória, ele visa oportunizar aos alunos atividades voltadas para artes, cultura e esportes, no contraturno escolar. Baseado em uma concepção de cidade educadora, na qual o espaço público da cidade e a sua relação com a comunidade escolar também são vistos em seu potencial educador, esse programa também favorece a presença dos estudantes em ambientes como museus, parques, teatros, organizações não governamentais (ONGs), centros esportivos e clubes. Isso potencializa

[...] os saberes e experiências das crianças, adolescentes e jovens, ampliando e aprimorando o conhecimento dos alunos atendidos, fomentando novas experiências e saberes para além do que é aprendido e oportunizado no campo restrito da instituição escolar. (VITÓRIA, 2014, p. 23).

Para que o desenvolvimento dessas atividades seja mais efetivo, a SEME atua em parceria com mais seis secretarias, entre elas as Secretarias de Assistência Social, Esporte, Cultura, Cidadania e Direitos Humanos.

Outro elemento de destaque para a participação do Município de Vitória nesta pesquisa foi a presença e o auxílio do Comitê Estadual de Educação Integral (CEEI) na discussão e fomentação da EI no Município. Atualmente, o Comitê tem sede no *campus* da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e sua atuação destaca-se, pois ele tem representantes de diversos municípios do Estado, sobretudo na Região Metropolitana de Vitória, fato que pressupõe mais articulação entre as experiências de Educação Integral territorialmente próximas.

No que se refere à equipe de pesquisa, esta foi composta por dois professores pesquisadores: uma da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e um da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e por três estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais: duas graduandas em Pedagogia e um mestrando em Educação.

O cronograma de visitas no Município, realizadas durante cinco dias consecutivos, em maio de 2014, bem como o agendamento das observações junto às escolas foram construídos anteriormente à pesquisa e coletivamente entre a equipe de pesquisadores e os representantes/gestores da Secretaria Municipal de

Educação de Vitória. No entanto, ressalta-se que, no período da pesquisa empírica, houve a necessidade de redefinirmos a agenda, uma vez que a rede pública de ensino estava vivenciando uma situação de greve dos professores.

Nesse contexto, as visitas foram realizadas em três escolas com PME, cujos professores ainda não tinham aderido ao movimento de greve, e em uma de suas instituições parceiras, o Projeto Caminhando Juntos (Cajun), que abre seu espaço para o desenvolvimento de atividades culturais com os alunos dessas escolas. Mesmo vivenciando um momento de reivindicação pela educação, houve a presença significativa, nas entrevistas e discussões, de todos os sujeitos participantes, ainda que o espírito de luta gerado pela greve estivesse presente durante a estada dos pesquisadores no Município e tenha sido, muitas vezes, percebido nas falas dos entrevistados e dos integrantes dos grupos de discussão.

No tocante ao cenário apresentado, tendo em vista o caráter qualitativo desta pesquisa, optamos, como metodologia de investigação, pelas observações de campo, pela entrevista semiestruturada e pelo grupo de discussão com aproximadamente 15 pessoas, e, com isso, pudemos entrecruzar olhares de sujeitos diversos pertencentes a um mesmo grupo profissional. Assim, buscamos a participação dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento da Educação Integral em Vitória, quais sejam: gestores, coordenadores, diretores, professores, monitores, “oficineiros”, pais de alunos, educandos e membros do Comitê Estadual de Educação Integral e da SEME (Quadro 1).

QUADRO 1 – Sujeitos participantes da pesquisa no Município de Vitória

<b>Sujeitos</b>	<b>Quantidade</b>
Grupos de discussão com educandos	2
Grupo de discussão com diretores das escolas	1
Grupo de discussão com coordenadores do PME nas escolas	1
Grupos de discussão com “oficineiros” do PME	1
Grupo de discussão com representantes do Comitê Estadual	1
Grupo de discussão com professores	1

<b>Sujeitos</b>	<b>Quantidade</b>
Grupo de discussão com pais dos educandos	1
Grupo de discussão com representantes da Secretaria Municipal de Educação de Vitória	1
Entrevista individual com a Coordenadora do PME em uma das escolas	1
Entrevista individual com a diretora de uma das escolas	1

Para as entrevistas e os grupos de discussão, foi elaborado um roteiro com questões abertas, sobre as quais os entrevistados poderiam discorrer sobre os temas propostos sem a necessidade de dar respostas prefixadas. As questões que compunham o roteiro foram formuladas a partir das cinco principais perspectivas da ação indutora do Programa Mais Educação, quais sejam: Gestão e Financiamento; Espaços; Sujeitos; Tempo; Currículo, as quais formaram os eixos centrais de investigação da primeira fase desta pesquisa.

A explanação e a análise dos dados apresentados aqui são resultados das perspectivas e dos olhares entrecruzados sobre a ampliação da jornada escolar no Município de Vitória. Esses olhares e essas perspectivas, portanto, são resultados da escuta minuciosa dos discursos dos diversos sujeitos que participam da dinâmica do funcionamento do PME em Vitória, em articulação com as ideias desenvolvidas pelos pesquisadores. Entendemos que sujeitos vários, com suas distintas interpretações e concepções, abrem horizontes para a fomentação de novas políticas públicas em Educação Integral.

Vale ressaltar que, no âmago das ações de pesquisa realizadas tanto no campo empírico como no teórico, o “pano de fundo” das discussões residiu na articulação do Programa Mais Educação com outras experiências de formação integral existentes no Município e, sobretudo, nos impactos causados pelo Programa nas escolas, pela ação das políticas educacionais propostas e implementadas pelas secretarias de educação no que concerne à perspectiva trazida pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa Mais Educação, tendo ainda como finalidades e diretrizes:

[...] apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de

estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos ministérios integrantes do Programa.

[...] contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora [...]

[...] promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades. (BRASIL, 2007).

Diante do exposto e tendo em vista os anseios desta pesquisa, a qual visou entender principalmente as articulações do PME com outras políticas públicas e seus impactos na criação de demandas e ofertas de Educação Integral no Município de Vitória, as questões que permearam toda a investigação se relacionam principalmente às seguintes dimensões: a gestão da Educação Integral, suas possibilidades e desafios; a organização dos tempos e espaços para a jornada escolar ampliada; as parcerias das escolas públicas com outras instituições; os sujeitos da Educação Integral; os impactos do PME na estrutura das escolas.

## **1.2 O Município de Vitória: breve caracterização e dados educacionais**

A capital do Estado do Espírito Santo, o qual está localizado na Região Sudeste do Brasil, Vitória, abrange uma área de 98,194 km<sup>2</sup> e é ocupada por uma população de aproximadamente 327.801 habitantes. Juntamente com Cariacica e Vila Velha, por exemplo, Vitória é um dos sete municípios que compreendem a Região Metropolitana da Grande Vitória. Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014a), em termos populacionais, a capital capixaba é o quarto município mais populoso do Estado do Espírito Santo e apresenta uma densidade demográfica de 3.338 hab/km<sup>2</sup>.

Circundada pela Baía de Vitória, o Município delineou seu desenvolvimento em um complexo portuário constituído por dois importantes portos: o Porto de Tubarão e o Porto de Vitória. Por permitirem a movimentação de cargas de natureza diversas, como minério de ferro, grãos e combustíveis, esses portos contribuem para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e, juntamente

com outros cinco portos, permitem com que o Estado do Espírito Santo tenha um dos maiores complexo portuários do País.

Além das atividades portuárias, a economia do Município também é movimentada pelo turismo, comércio e pelas indústrias. Segundo dados do IBGE (2014), Vitória é a capital brasileira com maior PIB *per capita*, girando em torno de R\$ 86.009,28 reais. Também é considerada a quarta melhor cidade para se viver, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,845 (PNUD, 2014).

No que concerne ao sistema educacional, ele é composto por um total de 116 escolas públicas de educação básica, das quais 99 são Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), com um total de 26.788 alunos matriculados. Além de universalizar a demanda do Ensino Fundamental, a Rede Municipal de Ensino de Vitória também atende os níveis da Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidades de ensino.

TABELA 1 – Número de matrículas de discentes no Município de Vitória – 2014

Dependência administrativa	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	EJA (Ensino Fundamental e Médio)	Educação Especial <sup>(1)</sup>
	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			
Federal	86	52	-	-	642	532	35
Estadual	-	-	18	929	10.727	4.465	2.75
Municipal	10.913	7.523	14.585	12.203	-	2.940	1.063
Privada	1.978	1.922	6.661	5.517	4.659	91	176
<b>TOTAL</b>	<b>12.977</b>	<b>9.497</b>	<b>21.264</b>	<b>18.649</b>	<b>16.028</b>	<b>8.028</b>	<b>1.549</b>

Fonte: Tabela obtida através do *site* do Inep: *Censo Escolar de 2014* (INEP, 2014a).

<sup>(1)</sup> Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos).

TABELA 2 – Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Brasil, no Estado do Espírito Santo e no Município de Vitória – 2009, 2011, 2013

Localidades	4ª Série (5º Ano)					
	Ideb observado			Metas projetadas		
	2009	2011	2013	2009	2011	2013
Brasil	4.6	5.0	5.2	4.2	4.6	4.9
Espírito Santo	4.8	5.0	5.2	4.4	4.8	5.0
Vitória	4.8	5.0	5.0	4.5	4.9	5.2

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados constantes no *site* do Inep (INEP, 2014).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede municipal de ensino de Vitória obteve um pequeno aumento nos últimos anos, porém não atingiu a meta projetada para o ano de 2013 (5.2) (Tabela 2).

Quanto ao desenvolvimento da Educação Integral no Município, assim como já explicitado, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória desenvolve o Programa Educação Integral desde 2005<sup>1</sup>. Esse programa foi implementado primeiramente na Educação Infantil, atendendo crianças de seis meses a seis anos, em situação de pobreza. Em 2007, o tempo integral foi incorporado ao Ensino Fundamental, trazendo a experiência de ampliação da jornada escolar aos alunos da 8ª Série (9º Ano), recebendo o nome de Pré-Médio. No mesmo ano, esta prática foi estendida, a partir de um projeto piloto, a quatro escolas da capital, atendendo um total de 320 estudantes de 1ª a 7ª Série (do 2º ao 8º Ano) do Ensino Fundamental (VITÓRIA, 2014).

Quantitativamente, o Programa Mais Educação está presente em 47 escolas de Vitória, mas o atendimento em jornada ampliada acontece em 46 delas, pois há articulação entre diversos modelos, assim como o quadro abaixo:

<sup>1</sup> Além do Programa Educação Integral e do Programa Mais educação existentes em Vitória, desde 2005, o Município conta com três escolas de tempo integral, inauguradas recentemente. Estas foram planejadas pedagogicamente e estruturalmente para funcionarem no modelo de tempo integral.



TABELA 3 – Escolas com atendimento em Educação Integral no Município de Vitória – 2015

<b>Atendimento</b>	<b>Nº de escolas</b>
Apenas com o PME	6
Com o PME + Programa Educação Integral	37
Com o PME + Escola de Tempo Integral	3
Apenas com Escola de Tempo Integral	1
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados disponibilizados pela Coordenadoria de Educação Integral da SEME.

A partir desses dados, compreendemos que não há um único modelo de atendimento em Educação Integral no Município de Vitória. Existem escolas que articulam o PME ao programa municipal, bem como com a Escola de Tempo Integral, a qual é uma realidade recente no Município e foi criada pelas demandas geradas a partir dos dois programas apresentados, o PME e o Programa Educação Integral, estando, este último, vigente desde 2005. As análises sobre os desdobramentos dessas articulações serão apresentadas a seguir.

## **2 HISTÓRICO E PANORAMA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM VITÓRIA**

### **2.1 Das primeiras ações à chegada do Programa Mais Educação**

Anteriormente à chegada do Programa Mais Educação em Vitória, já havia, na cidade, experiências bem consolidadas no campo da Educação Integral, desde 2004. Esse fato inclui o Município no movimento de multiplicação das experiências em jornada escolar ampliada vigentes desde início dos anos 2000. Em 2008, com a chegada do Programa Mais Educação no Município, os programas já existentes passaram por modificações a fim de se articularem e dialogarem com as propostas do PME.

Nessa perspectiva, será apresentado aqui, a partir da visão de diferentes sujeitos envolvidos com a gestão educacional do Município<sup>2</sup> os quais tiveram efetiva atuação na implementação da Educação Integral, como foi esse processo e como as práticas já existentes se relacionaram e se relacionam com o Mais Educação na realidade educacional de Vitória.

Como supracitado, a Educação Integral é uma realidade nas escolas do Município de Vitória, desde 2004, com a incorporação do Programa Escola Aberta<sup>3</sup> pela Secretaria de Educação da cidade. E isso foi um motivo para que as escolas se aproximassem de suas comunidades. O sucesso do PEA no Município pautou o debate da Educação Integral a ponto de essa temática perpassar a campanha eleitoral de 2004, na qual a perspectiva de implantação de escolas de tempo integral na cidade foi colocada para a população pelo prefeito eleito naquele ano.

“O Escola Aberta foi a primeira experiência, na época a gente nem chamava de Educação Integral, a Escola Aberta era a aproximação da comunidade com a escola, o viés era mais esse de abrir esse espaço físico para a comunidade poder usufruir, para atividades culturais, práticas

---

<sup>2</sup> Nesta seção, a análise dos dados se apoiará principalmente nas falas de três gestores da Educação Integral no Município: uma coordenadora de Educação Integral na Secretaria de Educação e dois professores da rede municipal de ensino, uma de artes e um de filosofia, designados para integrarem a equipe de Educação Integral da SEME.

<sup>3</sup> Esse Programa foi desenvolvido pelo MEC e incentiva e apoia a abertura de escolas localizadas em territórios marcados por situação de pobreza. O objetivo é potencializar a parceria da escola com a comunidade de seu entorno. As oficinas ligadas ao campo da cultura, das artes, dos esportes e de geração de renda são desenvolvidas pelos “oficineiros” do Programa.

esportivas, educativas, e a gente tinha um grande desafio de aproximar a comunidade da escola, fazer essa integração de fato, ser participativa e não só usar o espaço físico que sempre foi o grande desafio, não é só abrir a estrutura física mas também compartilhar a gestão, o planejamento com as atividades. Então, desde 2004, já tinha essa parceria com o MEC e o Programa Escola Aberta. O prefeito anterior, no programa dele, quando ele era candidato ainda... ele assumiu em 2005 e ficou dois mandatos. No programa de governo dele, na campanha de 2004, ele colocava que ele queria fazer escolas de tempo integral no município.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

Em 2005, diante da dificuldade financeira e estrutural para implementar as escolas de tempo integral, foi planejado pela Secretaria de Educação de Vitória um modelo de programa que atendesse algumas turmas de alunos em jornada escolar ampliada, em algumas escolas. Essas turmas se limitariam, até então, à Educação Infantil. Nesse desenho, alguns professores foram contratados, em tempo integral, para atender a essas turmas, e outros tiveram sua carga horária ampliada:

“Aí foi feito um desenho de um programa diferenciado que pudesse atender alunos de algumas escolas em tempo integral e começou primeiro pela Educação Infantil, em 2005. Foi estruturado toda uma proposta que contratava professor ou estendia a carga horária do professor da Educação Infantil para algumas turmas dentro da Educação Infantil... fossem turmas da Educação Integral, não era a escola.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

No início, apenas as crianças pequenas, de zero a quatro anos de idade, eram atendidas em tempo integral, até que, em 2007, esse atendimento foi ampliado às crianças na faixa etária de quatro a seis anos. Diferentemente do desenho inicial, essa faixa etária (de quatro a seis) seria atendida no contraturno escolar e em espaços que não a escola, mas nos Núcleos Brincartes (parceiros das escolas), o que marca uma dimensão de compartilhamento dos espaços educativos utilizados no desenvolvimento da Educação Integral, uma vez que é a partir daí que se iniciam também as parcerias com as ONGs, no Município.

Nesse período, compreendido entre 2005 e 2007, também se iniciou o atendimento em jornada escolar ampliada para algumas turmas do último ano do Ensino Fundamental. A oferta desse atendimento era denominada de Pré-Médio. Também, a partir da lógica do contraturno escolar, os alunos da 8ª Série (9º Ano)

tinham aulas de reforço com o objetivo de qualificá-los para concorrerem a uma vaga no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

A parceria com as ONGs também estava presente nessa experiência, em que os profissionais eram contratados por uma ONG e trabalhavam no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Existia ainda o apoio financeiro da SEME, principalmente no que se refere à materialidade e ao aluguel de um espaço para as atividades das escolas de tempo integral.

“Eram para os interessados. Os alunos que se interessavam podiam se matricular. Foi alugado um espaço enorme, porque tinha muita criança, tinha muito aluno da 8ª Série que fazia isso. Contratou uma ONG que contratava os professores para fazer... Na época se falava que... para os alunos era como se eles estivessem fazendo um pré-IFES, o projeto era para além do pré-IFES, era trabalho, projeto de vida, cidadania, outros temas, não ser só o **preparatório** do pré-IFES. Esse projeto teve uns desafios, porque tinha aluno que começava e no meio desistia, era uma coisa que tinha muita... uma continuidade, aí resolveu mudar.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME) (Grifo nosso).

Como evidenciado pela coordenadora, a procura dos alunos do último ano do Ensino Fundamental (antiga 8ª Série, hoje 9º Ano) pelas turmas integradas era grande. No entanto, havia também o problema da evasão nessas turmas. Entre a grande procura e a falta de sustentabilidade do Programa municipal, sobretudo pela evasão, iniciou-se um processo de discussão para que a oferta em jornada escolar ampliada para os jovens fosse garantida, mas modificada, buscando, assim, sua efetividade no Município. Esse processo ganhou a seguinte configuração:

“[...] em 2007, começou a decisão de pegar o formato da Educação Infantil e trazer para o Ensino Fundamental, que as escolas fizessem adesão e quisessem ter turmas de Educação Integral na própria escola, não seria para todos. Começou em 2007, com quatro escolas, numa região de periferia, lá em São Pedro. Essas quatro escolas fizeram o projeto piloto da Educação Integral, o Município contratava professores, estendia a carga horária de alguns professores, teve até um polo que os alunos iam para lá e faziam as atividades em alguns horários, e, nos outros horários, eles ficavam na própria escola.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

O desenho exposto nessa fala mostra que, para iniciar o seu Programa Educação Integral, a Secretaria de Educação de Vitória fez investimentos financeiros

no que tange à contratação de professores e demais profissionais. Nesse quesito, foi realizado um concurso interno, entre os docentes efetivos da rede municipal de ensino, para suprir o cargo de Coordenador de Educação Integral. Hoje, esse profissional exerce uma jornada de 40 horas semanais de trabalho e tem dedicação exclusiva na gestão e no desenvolvimento pedagógico da Educação Integral nas escolas do Município.

Nesse contexto, avalia-se que a experiência em jornada escolar ampliada se iniciou de maneira tímida, agregando, a princípio, apenas quatro escolas do Município – as escolas piloto. O critério de seleção para o investimento da Educação Integral nessas escolas baseou-se na situação de pobreza de seu território. Mas, nesse momento, em 2007, um avanço em relação a essa experiência foi a ampliação do atendimento para todos os alunos do Ensino Fundamental, agregando também os alunos de 1ª a 7ª Série (2º a 8º Ano).

“Era condição de vida das famílias, a questão socioeconômica da região que é uma região de periferia. Na época, foi pensado só isso. Não temos muito detalhe dessa época, porque eu não estava aqui na Secretaria. Eu sei do histórico porque as pessoas contam, e fica registrado também em nossos sistemas. Eu lembro que, na época, a decisão foi pela questão da vulnerabilidade social, atender essa demanda, para isso começou em quatro escolas. Em 2008, tomou-se a decisão de ampliar para mais escolas, e aí foi feito o convênio com uma ONG para contratar integradores sociais, na verdade educadores sociais. Começou em 2008 essa parceria com a ONG, foi feito um concurso interno para coordenadores e técnicos integral, que eram professores efetivos na rede que se candidatava para serem coordenadores da Educação Integral dentro das escolas.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

Dentro dessa configuração, em 2007, efetiva-se, como política de governo da Secretaria Municipal de Educação de Vitória, o Programa Educação em Tempo Integral, que trouxe várias modificações pedagógicas para as escolas que aderiram ao Programa, ressaltando-se a inserção dos novos profissionais: o Coordenador de Educação Integral e o Integrador Social. Este último é contratado pelas ONGs para auxiliar nas atividades do Programa, desenvolvendo, principalmente, oficinas e tendo, como eixo central de trabalho, a relação escola-comunidade. Nesse cenário, ainda surgem os estagiários de nível superior, que atuam também no desenvolvimento das oficinas do Programa.

Em 2008, a gestão municipal abre a possibilidade de ampliar o Programa Educação em Tempo Integral para todas as escolas de Ensino Fundamental. Foi, então, aberto um concurso interno para selecionar os coordenadores para todas essas escolas. No entanto, não houve profissionais suficientes para atender à grande demanda. Por isso, algumas escolas não iniciaram as atividades em jornada ampliada.

“Foi aberto em 2008 a possibilidade de ter 52 coordenadores de Educação Integral, só que, na época, não teve pessoas suficiente ou então pessoas que se inscreveram e não passaram na seleção interna, e aí teve menos coordenadores. Foi começado a Educação Integral com o número de coordenadores que passaram no concurso, o coordenador escolhia uma escola para trabalhar e essa escola automaticamente ganhava a Educação Integral, e aí a Educação Integral significava ter ônibus disponível duas vezes por semana para que a escola pudesse entregar essa turma e levar para outros lugares da cidade, significava ter dois integradores sociais contratados por uma ONG e dois estagiários contratados pela prefeitura para poder desenvolver esse trabalho.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

Como podemos perceber, um empecilho para a universalização do atendimento em Educação Integral no Município de Vitória foi a falta de coordenadores do Programa Educação em Tempo Integral para todas as escolas. Com isso, apenas as escolas para onde foram designados os coordenadores de Educação Integral iniciaram as atividades do Programa. A rotatividade dos integradores sociais contratados pelas ONGs também foi relatada como um desafio para a continuidade do Programa. Fato que se deu por divergência de concepções entre as ONGs parceiras e a SEME, por questões de gestão, como a prestação de contas, por exemplo. Devido a essa questão, em 2011, a prefeitura assumiu a contratação direta desses profissionais.

“Exatamente, eram pessoas com [formação de] nível médio, mas que tinha formações variadas, experiências variadas com crianças e adolescentes. Quando tinha a ONG, tinha até a possibilidade de dizer que eram educadores de teatro, educadores de esporte, educador de capoeira, tinha essa possibilidade. Porém, a prefeitura começou a avaliar também que eles estavam tendo muita dificuldade com as ONGs, tanto que, 2008 a 2011, foi trocado três ONGs, ou porque ela tinha problemas na prestação de contas, ou tinha problemas com a gestão ou com a questão de concepção de Educação Integral da prefeitura e da ONG, e aí foi avaliado que a prefeitura precisava assumir esse trabalho ao invés de

ter uma parceria com a ONG. Em 2012, foi a primeira seleção... Aí mudou o nome de educador social, passou a ser integrador social. Por que integrador? Porque a equipe do setor jurídico da prefeitura dizia que esse nome educador social poderia se confundir com professores, e o plano do estatuto do magistério influenciou também porque eles teriam os mesmo direitos dos professores, aí eles chegaram a um consenso que, ao invés de ser educador social, seria integrador social, aí foi feito o edital para contrato, não é efetivo, é contrato de um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano. Aí o critério é ter Ensino Médio e experiência de no mínimo seis meses com trabalho com crianças e adolescentes em qualquer área, poderia ser com ONGs, com qualquer atividade que envolvesse criança e adolescente.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

Foi também, em 2008, que o Programa Mais Educação chega a algumas escolas do Município. A presença do PME marca modificações na estrutura e oferta da Educação Integral em Vitória. Isso ocorre na medida em que as escolas que não eram contempladas pelo Programa Educação Integral do Município, ao aderirem ao Mais Educação, foram contempladas pelo programa municipal, fato que marca a ampliação significativa no atendimento em jornada escolar ampliada.

“Em 2008, [a SEME] foi convidada pelo MEC para fazer a adesão do Mais Educação. Ele veio depois que já estava... Na verdade, praticamente junto. Já tínhamos a concepção acontecendo de Educação Integral, e o Mais Educação veio. Nessa época, tinha até uma determinação que era assim: ‘Só vai ter Mais Educação se tiver o programa municipal’, não tinha a possibilidade de ter o Mais Educação sem o aporte municipal, porque se entendia que tinha que unir os dois para se fazer a Educação Integral. Teve em 2009, por exemplo, escolas que, para o Município, não teriam o tempo integral, mas como ela foi convidada pelo MEC para aderir o Mais Educação, acabou que incluiu ela no tempo integral para ela poder ter os dois programas.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

Assim, dois fatores foram relevantes para a ampliação do atendimento de crianças e jovens do Município de Vitória na Educação Integral: a disponibilização de verbas por parte da SEME e a chegada do Mais Educação, o qual qualificou todas as escolas para serem contempladas com o programa municipal. Fato que reside na disponibilidade de mais recursos materiais e humanos.

A Tabela 4 evidencia que, só em 2008, houve um aumento de mais de 2.000 matrículas na Educação Integral no Município<sup>4</sup>, assim como evidenciado nos dados a seguir:

TABELA 4 – Matrículas na Educação Integral, no Município de Vitória – 2004-2012

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental	Programa Educação em Tempo Integral (Total)
	Espaço CMEI <sup>5</sup>	Espaço <sup>6</sup> Brincarte	Total		
2004	348	-	348	-	348
2005	274	-	274	-	274
2006	224	-	224	-	224
2007	620	1.050	1.670	2.214	3.884
2008	1.042	1.500	2.542	3.192	5.734
2009	1.144	1.395	2.539	3.440	5.979
2010	1.284	1.244	2.528	4.271	6.799
2011	1.248	1.200	2.448	4.982	7.430
2012	1.580	641	2.221	4.743	6.964

Fonte: Tabela obtida através do *site* da Prefeitura de Vitória (VITÓRIA, 2014a).

Outro elemento importante a se destacar, no que tange à política educacional da SEME, é que, em 2009, devido à ampliação das matrículas e à demanda de fortalecimento da Educação Integral como pauta no Município, os programas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foram unificados. A partir disso, foi composto um grupo dentro da SEME com representantes de ambas as etapas da educação básica. Segundo informações da Secretaria, o objetivo foi articular, potencializar e aproximar as ações desenvolvidas.

<sup>4</sup> Essas matrículas referem-se ao quantitativo de alunos atendidos no Programa Educação Integral do Município de Vitória.

<sup>5</sup> CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil).

<sup>6</sup> Os Núcleos Brincartes também são conhecidos como Espaços Brincartes.



Vale aqui destacar que o PME encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento nas escolas municipais de Vitória, isso porque o programa municipal, em diversos aspectos, vai ao encontro das concepções e diretrizes do programa nacional:

[...] o trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam no Programa Educação de Tempo Integral no Município de Vitória vêm proporcionando o planejamento de atividades para além do espaço escolar, de modo articulado com outros profissionais e equipamentos públicos, organizações e instituições sociais, civis e militares que possibilitem a garantia das práticas de uma educação cidadã, contemplando as diversas dimensões da existência humana, valorizando a diversidade e as diferenças das crianças e adolescentes, quer sejam culturais, sociais, religiosas, econômicas e as relativas às condições orgânicas, físicas, sensoriais e intelectuais. (VITÓRIA, 2014, p. 17).

Esse Programa [PME] nasce com a premissa da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. (BRASIL, 2014, p. 4).

Como podemos perceber, além de priorizar o atendimento das crianças e dos jovens que vivem em situação de pobreza, ambos os programas apresentam perspectivas claras quanto ao compartilhamento da Educação Integral. Isso dá-se na medida em que é agregada ao processo educativo a ação de instituições e organizações várias da sociedade civil e que juntamente com o trabalho da escola possibilitam a construção de uma política de Educação Integral.

Nessa perspectiva, ao nos aproximarmos da experiência do Município de Vitória, percebemos que, desde 2004, com a presença do Escola Aberta, Programa que efetivamente gerou demandas para a construção de uma Educação Integral, a SEME de Vitória tem se esforçado para desenhar uma política de Educação Integral, colocando em articulação o programa municipal com outros programas como o próprio Mais Educação do Governo Federal. Isso tem tido um importante impacto no desenho contemporâneo da Educação Integral no Município.

## **2.2 O cenário atual da Educação Integral em Vitória**

Como vimos, desde 2004, a Educação Integral já faz parte da realidade de Vitória. De lá pra cá, diversas ações foram articuladas para fortalecer e ampliá-la no Município. Dentre essas ações, recentemente, em 2014, foi criado, no organograma da Secretaria de Educação do Município, o Núcleo de Coordenação da Educação Integral. É válido destacar que, desde 2007, a função de Coordenador da EI existe na Secretaria, extraoficialmente. Mas, devido ao aumento do atendimento e da demanda, bem como aos esforços para se desenhar uma política efetiva de Educação Integral, o cargo foi oficialmente criando no âmbito da SEME de Vitória:

“Na verdade é o seguinte, a gente tinha uma coordenação extraoficial, ela sempre existiu. A Educação Integral aqui tem bastante tempo, só que ela não estava no organograma da prefeitura... É, tinha a função, mas não tinha o cargo dentro do organograma da prefeitura e agora, a partir do dia primeiro de abril, dia da mentira, mas não é mentira, que foi pensado trocar o cargo que existia para o desporto escolar, porque existia um cargo no organograma escolar para desporto escolar, e aí eles resolveram transferir esse cargo do desporto para Educação Integral. E aí a atividade do desporto vai continuar lá, mas vai ficar integrado à coordenação de Educação Integrada, e então eu assumir essa função.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

A função central dessa coordenação é articular os programas de Educação Integral vigentes: o municipal e o Programa Mais Educação, além de buscar parcerias de outras secretarias municipais para o desenvolvimento da política de EI. A coordenação da Educação Integral conta com representantes das diversas etapas da educação básica, Educação Infantil e anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Mesmo que não possamos afirmar que essa coordenação existe devido à presença do Mais Educação no Município, entendemos que ela tem fortalecido a política do Município, caminhando ao encontro dos objetivos do PME, que se configura como ação indutora da Educação Integral no âmbito dos estados e municípios. Nesse sentido, o Programa Mais Educação tem:

[...] o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos

e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (BRASIL, 2007, Art. 1º).

A gestão da Educação Integral no Município fica a cargo da coordenadoria recém-criada, na qual são gestados os dois programas presentes em Vitória: o municipal (Programa Educação Integral) e o nacional (Programa Mais Educação). Além disso, a coordenadoria fica sob a responsabilidade das ações de três escolas de tempo integral que estão em funcionamento recente<sup>7</sup> na rede municipal de ensino do Município e que se diferenciam dos programas, pois o currículo delas é mesclado, assim o funcionamento delas não segue a lógica de turno e contraturno escolares.

A oferta de Educação Integral em Vitória, portanto, existe a partir de três experiências distintas, que podem estar nas escolas de maneiras diferenciadas.

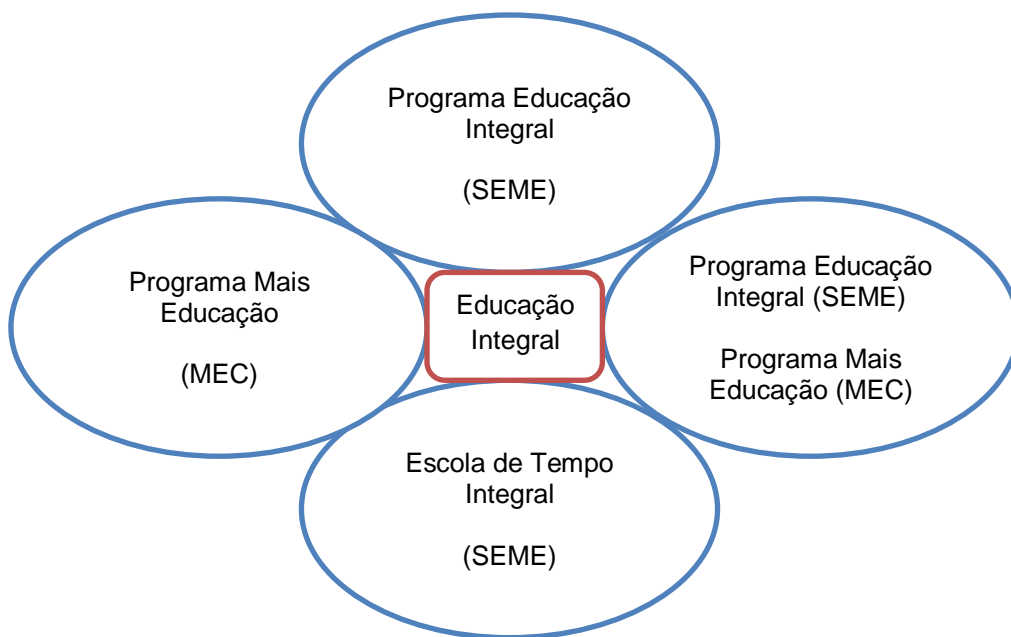


FIGURA 1 – Esquema conceitual da oferta de Educação Integral em Vitória

Como podemos perceber a partir do esquema apresentado, a SEME tem três frentes de ação no tocante ao desenvolvimento da Educação Integral: o

<sup>7</sup> Essas escolas estavam em processo de planejamento no período da execução do trabalho de campo. Em 2015, elas foram inauguradas e estão em funcionamento na rede municipal de ensino de Vitória.

Programa Educação Integral, proposto pela própria Secretaria; o Programa Mais Educação, do Governo Federal; e, desde o ano passado, as Escolas de Tempo Integral, que têm sido incluídas na proposta de Educação Integral do Município, das quais três iniciaram o atendimento em 2015. Essas políticas estão em constante interação, e algo que se destaca na experiência de Vitória é o fato de haver, em algumas escolas do Município, a coexistência tanto do Programa Mais Educação como do Programa Educação Integral.

Vale destacar que ambos os programas se organizam na lógica do turno e contraturno escolares. Ou seja, em determinado período do dia, os alunos têm aulas das disciplinas regulares (Geografia, Português, Matemática, etc.) e, no período oposto, desenvolvem as oficinas propostas pelas escolas. Essas oficinas são escolhidas através dos macrocampos propostos pelo Programa Mais Educação. Desse modo, para as escolas urbanas, os macrocampos contemplados nas oficinas são: acompanhamento pedagógico; comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica; cultura, artes e educação patrimonial; educação ambiental e sociedade sustentável; esporte e lazer; educação em direitos humanos; e promoção da saúde.

A diferença em relação aos dois programas reside em elementos como a carga horária das oficinas e os recursos humanos. No Programa Educação Integral, os educandos ficam na escola de 7h às 17h30min, de segunda a sexta, sob a responsabilidade de uma equipe composta por coordenadores de Educação Integral e integradores sociais contratados pela SEME, em função do Programa<sup>8</sup>. Nesse caso, o aluno é matriculado no Programa, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Já no Programa Mais Educação, os alunos são matriculados nas oficinas e não, necessariamente, têm atividades no contraturno escolar, nem contam com a presença do Integrador Social.

Destaca-se, mais uma vez, que pode haver a coexistência de ambos os programas na mesma escola, como também há escolas que são atendidas por apenas um deles. Esse fato traz importantes elementos para pensarmos em diversos formatos de Educação Integral para um mesmo município, mas, ao mesmo tempo, coloca o desafio da gestão de diferentes experiências, as quais agregam profissionais com condições de trabalho diferenciadas.

---

<sup>8</sup> Na próxima seção deste relatório, elucidaremos, com mais detalhes, como esses profissionais se organizam na dinâmica do Município de Vitória.

“[Em] Algumas escolas, os meninos sabem que eles estão fazendo uma oficina do Mais Educação. Ele tem como referência... aquele menino que está lá o dia inteiro na escola tem como referência o Coordenador e o Integrador Social que está lá junto com eles, e o do Mais Educação ele vem para a oficina e vai embora.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

“Nós entendemos que o Programa Mais Educação precisa ser compreendido pelas escolas como também Educação Integral. Tem algumas escolas que a gente visita, que eles falam que aqui é Educação Integral, aqui é Mais Educação. Aí a gente fala, não gente, aqui é tudo Educação Integral. Nós temos ações desenvolvidas pelo Mais Educação e ações desenvolvidas pelo programa municipal, mas tudo é Educação Integral.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

Outra experiência de Educação Integral no Município, que à época da pesquisa de campo ainda estava em processo de articulação, é as Escolas de Tempo Integral, que, diferentemente das experiências anteriores, funcionam a partir de um currículo mesclado, contrariando a lógica do contraturno escolar. Além disso, possuem melhor espaço físico, uma vez que foram pensadas e planejadas para funcionarem no modelo de escola de tempo integral. Três escolas que tinham melhores espaços físicos foram adaptadas para funcionar em tempo integral. Essa recente ação tem evidenciado que a Educação Integral tem se constituído como uma importante agenda para a SEME, uma vez que a demanda por esse modelo de ensino tem aumentado.

É importante destacar que, embora tenham peculiaridades, essas ações têm em comum a concepção da SEME, que está ligada ao compartilhamento da gestão educacional e aos princípios da Cidade Educadora.

Na concepção do Programa em Tempo Integral, a educação para além da escola contempla e integra as atividades realizadas por outros espaços educativos, tais como: praças, planetário, parques públicos, escolas da ciência, bibliotecas, unidades de saúde, centros esportivos, ONGs, projetos sociais, Núcleos do Projeto Caminhando Juntos – CAJUNS, Núcleos BRINCARTES, eventos culturais, entre outros. Nesse sentido, potencializa os saberes e experiências das crianças, adolescentes e jovens, ampliando e aprimorando o conhecimento dos alunos atendidos, fomentando novas experiências e saberes para além do que é aprendido e oportunizado no campo restrito da instituição escolar. (VITÓRIA, 2014, p. 22-23).

Destaca-se, no contexto da gestão da experiência em Educação Integral, a dimensão da gestão compartilhada na política do Município, na medida em que

agrega e dialoga com outras secretarias de educação, bem como com instituições privadas, públicas e organizações diversas da sociedade civil. Nesse sentido, as secretarias municipais de educação que participam da Educação Integral, cedendo espaços e recursos humanos para o desenvolvimento dos programas de Educação Integral, são as seguintes: Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente, Cidadania e Direitos Humanos, Esporte, Cultura, e Transporte.

Além dessas secretarias, outras instâncias são parceiras da Coordenadoria de Educação Integral, como, por exemplo, os Cajuns e os Brincartes, que atendem o Ensino Fundamental e a Educação Infantil (crianças de zero a quatro anos de idade) respectivamente.

Os Cajuns são instâncias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são importantes parceiros na articulação da EI em Vitória, principalmente, na disponibilização de espaços e na oferta de oficinas para os alunos matriculados no Programa Educação Integral, os quais se dirigem para esses espaços, em média, duas vezes na semana. O principal objetivo desse projeto é desenvolver o potencial dos educandos e fortalecer os vínculos entre as escolas, a família dos educandos e a comunidade. As oficinas oferecidas no Cajun são: capoeira, música, dança, circo, coral, informática e percussão. É importante ressaltar que o Cajun é um parceiro da SEME, mas também atende crianças e adolescentes não participantes da Educação Integral da rede municipal de ensino de Vitória.



FIGURA 2 – Atividade desenvolvida no Projeto Cajun

Fonte: Foto tirada pelos autores.



FIGURA 3 – Crianças em atividade no Projeto Cajun

Fonte: Foto tirada pelos autores.

Já os núcleos Brincartes são espaços destinados às atividades da jornada escolar ampliada da Educação Infantil. O atendimento nesses núcleos é oferecido exclusivamente e integralmente às crianças de quatro a seis anos de idade. São, assim, oferecidas ações socioeducativas, recreativas, esportivas e culturais que complementam as atividades desenvolvidas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Vitória. O objetivo é ampliar o desenvolvimento de linguagens como a música, a literatura, o teatro e a dança, a partir de ações integradas das atividades educativas. Nessa experiência, ainda são desenvolvidos passeios articulados, que visam à utilização dos espaços públicos da cidade para o aprendizado. O transporte é disponibilizado pela prefeitura para realizar o deslocamento dessas crianças dos CMEIs até o Núcleo Brincarte mais próximo (VITÓRIA, 2014a).



FIGURA 4 – Faixada de um dos Núcleos Brincartes

Fonte: Foto obtida através do site da Prefeitura de Vitória (VITÓRIA, 2014a):

Dentro da configuração apresentada, que articula diversas experiências em torno de um eixo comum da Educação Integral, foi questionado aos gestores sobre o atendimento da demanda nessas diversas experiências. Foi relatado que a SEME estabeleceu o teto de 80 matrículas no Programa Educação Integral, por escola, no entanto a demanda é ainda maior. Assim, para atender os alunos de maneira mais justa, o critério utilizado para esse atendimento é a situação de pobreza de suas famílias.

“O critério de vulnerabilidade social... é colocado uma série de requisitos para poder atender. Em contato com a assistência social e com a Secretaria de Saúde, que ficaram com o atendimento e levantamento dessas famílias, que teriam a possibilidade de adesão através de entrevistas, contato direto com a família, eles estipulam quais alunos deveriam entrar ou não no Programa [Educação Integral]. Isso que, em 2011, esse critério de vulnerabilidade social, com a participação do serviço social... Com o passar do tempo, a educação integral está precisando de um processo de reavaliação desse Programa.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

“Tem uma comissão grande, com representante de todos os setores da prefeitura para discutir de novo, reavaliar o Programa e vê a política do Município e, dentro dessa discussão, a gente resolveu, através da comissão, de mudar esses critérios, não fechar só na vulnerabilidade social mas ampliar para outras possibilidades, então isso está em fase de



mudanças, assim como também está em fase de mudança a concepção política do Programa e uma série de outras coisas.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

Como podemos perceber, a articulação dos diversos programas de Educação Integral tem gerado demandas para a SEME, o que tem aberto um amplo campo de discussão para garantir o atendimento dos interessados. Nesse sentido, como já supracitado, a existência de três escolas de tempo integral corrobora essa perspectiva, assim como o faz a discussão para o fomento de diferentes experiências localizadas no âmbito da rede municipal de ensino de Vitória.

“Enquanto isso não se universaliza, nós entramos em um consenso também que nós vamos trabalhar com outras duas modalidades de Educação Integral. O Município de Vitória vai ter três modalidades de Educação Integral: uma é a escola de tempo integral, que é que nós queremos para futuramente ser todas dessa forma; a outra modalidade seria aluno de tempo integral, que é o nosso programa municipal, que já acontece desde 2008, onde o menino fica lá de sete horas até às 17[h] e 30[mim] da tarde; e a terceira modalidade nós estamos chamando de aluno em jornada ampliada, que é o aluno que volta no contraturno para fazer determinada atividade e vai embora para casa, ele não fica na escola o dia todo. Essa jornada ampliada ainda se subdivide em jornada ampliada interna, que é dentro da própria escola, ou externa. A interna funciona da seguinte forma: tem alguns professores que tem projetos garantidos na organização curricular da escola para oferta no contraturno, por exemplo, nós temos professores de dança, professor de esporte, professor de teatro, professor de meio ambiente, professores efetivos da escola, que fazem determinados projetos para ele cumprir a carga horária toda na escola. Essas crianças que voltam para fazer essas atividades, nós estamos chamando de jornada ampliada interna, também tem crianças que voltam para fazer só as oficinas do Mais Educação, isso também é jornada ampliada interna. O Mais Educação serve para os dois, ele serve para as crianças que estão no tempo integral, sob responsabilidade da escola o dia todo, e para esses que estão em jornada ampliada, que voltam para fazer as atividades.” (Coordenadora de Educação Integral na SEME).

Por um lado, a coexistência de experiências distintas pode pressupor dificuldade no estabelecimento de critérios para atender, na Educação Integral, a demanda de Vitória, por outro lado, esse modelo diverso no atendimento pode atender uma maior diversidade de famílias, uma vez que os tempos e espaços serão mais diversos. Por isso, a SEME vem discutindo amplamente o conceito de Educação Integral e planejando uma ação integrada entre os três diferentes modelos

apresentados acima pela representante da Coordenadoria de Educação Integral. Os alcances e limites desse desenho de Educação Integral desenvolvido pelo Município de Vitória, em ampla articulação com o Programa Mais Educação, têm gerado avanços e desafios em relação a diversos aspectos, sobre os quais falaremos na próxima seção.



FIGURA 5 – Produções de uma das oficinas do Programa Mais Educação

Fonte: Foto tirada pelos autores.



FIGURA 6 – Pátio de uma das escolas inseridas no Programa Educação Integral

Fonte: Foto tirada pelos autores.



FIGURA 7 – Oficinas de dança do Programa Mais Educação

Fonte: Fotos tiradas pelos autores.

## 2.3 O Comitê Estadual como “braço” da Educação Integral em Vitória

Os comitês metropolitanos/territoriais de Educação Integral são espaços de gestão propostos pelo MEC para os programas em Educação Integral, no âmbito dos municípios ou estados. O objetivo central dos comitês é efetivar as propostas de Educação Integral vigentes a partir da dimensão da gestão compartilhada de políticas públicas e do regime de colaboração entre as secretarias de educação e demais parceiros<sup>9</sup> (BRASIL, 2012). Nessa perspectiva, a participação de Vitória no Comitê Metropolitano/Territorial foi um importante elemento levantado na primeira fase (quantitativa) desta pesquisa. Por isso, a equipe de pesquisadores desenvolveu um grupo de discussão, com alguns representantes do Comitê em Vitória e outras secretarias de educação do Espírito Santo, com o objetivo de entender as reais contribuições da presença do Comitê na articulação de diferentes experiências em Educação Integral.

A articulação do Comitê Estadual de Educação Integral (CEEI) do Espírito Santo tem sido essencial para o desenvolvimento de ações na rede municipal de educação de Vitória, de outros municípios da região metropolitana e da própria rede estadual de educação. Esse Comitê obteve conquistas importantes no início da Educação Integral em Vitória, sobretudo no que tange à formação de professores. Foram desenvolvidos por ele, dentre outras ações, diversos minicursos e cursos em nível de pós-graduação *lato sensu* sobre Educação Integral, ministrados aos professores da educação básica que se inseriram nessa nova realidade escolar.

“Até o nosso, que é mais dinâmico, ainda fica assim. Uma das funções é isso aqui, porque isso tudo é Comitê. Isso aqui já é Comitê, isso aqui já é Comitê porque foi busca de fundo pedido dentro do Comitê. Os outros Comitês que a gente encontra, não sabem buscar como nós buscamos. Nós já vamos para o quarto momento de extensão, cursos, minicursos e pós. Nós estamos nisso aqui desde 2009, quando teve a primeira pós [...]. E os outros estados não conseguem fazer o que o Estado do Espírito Santo consegue.” (Membro do CEEI-1).

---

<sup>9</sup> O desenho de um comitê pode variar de acordo com a quantidade de secretarias que desenvolvem programas de Educação Integral nos estados. Também participam, além das secretarias de educação, representantes de outras secretarias: municipais, estaduais ou distritais, que auxiliam no desenvolvimento dos programas (esporte, cultura, assistência social, etc.). Ademais, os comitês também agregam a participação de movimentos sociais, universidades e outras instituições.

Quando nos aproximamos do histórico do Comitê Estadual de Educação Integral do Espírito Santo, percebemos que, mais uma vez, o Programa Escola Aberta foi o grande precursor de sua presença no Estado. Mas, seu fortalecimento deu-se com a chegada do Programa Mais Educação, que, por vez, também tinha seu comitê, mas se integrou ao comitê do Escola Aberta, assim um único comitê foi construído. Nesse sentido, segundo informações dos participantes desta pesquisa, o Comitê Estadual de Educação Integral surgiu a partir do Comitê Metropolitano/Territorial, que foi criado na região metropolitana de Vitória devido à existência do Escola Aberta. Nesse contexto, a partir do ano em que os municípios localizados fora da região metropolitana aderiram ao PME, surgiu a necessidade de incorporar as discussões do Mais Educação às discussões do Escola Aberta. Assim, o Comitê Metropolitano/Territorial passou a ser o Comitê Estadual de Educação Integral.

“É porque a gente tinha um histórico de comitê da Escola Aberta, que era um Comitê Metropolitano que se reunia mensalmente. Não faltava um mês em um ano todo. Aí depois, quando uniu o Mais Educação e o Escola Aberta, a gente ficou ainda meio separados, mas depois juntou. Acho que foi em 2012 que juntou mesmo.” (Membro do CEEI-2).

“Efetivamente foi em 2012 que juntou mesmo. Antes só tinha o Comitê Metropolitano, porque os programas só funcionavam na região metropolitana. Quando foi expandindo para o interior do Estado, nos outros municípios, foi aí que começou mais efetivo o Comitê Estadual. A gente uniu os dois, e agora ele é o Comitê da Educação Integral. Ele não é mais só o comitê do Mais Educação ou comitê da Escola Aberta, ele é o Comitê Estadual da Educação Integral.” (Membro do CEEI-2).

Esse processo de unificação apresentou avanços e desafios, segundo informações as pessoas que o vivenciaram. De um lado, foram ampliados esforços na discussão da Educação Integral no Estado, uma vez que o Comitê Estadual passou a agregar representantes de mais municípios e a pôr, em diálogo, mais experiências. Por outro lado, alguns elementos presentes no Comitê Metropolitano/Territorial do Escola aberta deixaram de existir no momento da unificação desse com o comitê do Programa Mais Educação. O diálogo, a seguir, expressa o histórico de ações do Comitê Estadual, bem como a concepção que permeia o seu trabalho.

“A história de comitê surgiu com a Escola Aberta e o MEC [...]. Mas o comitê do Escola Aberta, a gente fazia tudo. A gente avaliava o Programa [Educação Integral], a gente fazia ações integradas entre as secretarias, nós organizávamos formação para os novos voluntários. Toda vez que chegava uma nova equipe na região metropolitana, não era só de um município ou outro não.” (Membro do CEEI-1).

“Isto envolvendo todas as escolas, as estaduais e municipais. A gente fez “enes” formações. Através do Escola Aberta...” (Membro do CEEI-2).

“Fizemos vários seminários do Escola Aberta e de cultura também, para poder conhecer as atividades culturais. Fizemos várias atividades culturais. Até o pessoal de Belo Horizonte e Contagem veio para cá duas vezes, e a gente foi para lá uma vez.” (Membro do CEEI-1).

“Esses intercâmbios interestaduais...” (Membro do CEEI-2).

“Qual é o nome daquele seminário grande que a gente foi, lá no Parque Municipal? Aquele imenso, da Educação Integral?” (Membro do CEEI-1).

“O Fórum de Educação Integral.” (Membro do CEEI-1).

“É aquele que os meninos mostram os resultados das coisas que eles fazem, né? É o Fórum.” (Membro do CEEI-2).

“E assim, uma coisa que fortalecia muito era ter uma coordenadora do comitê paga pelo Ministério da Educação [...]. Ela era assessora do MEC para coordenar o Comitê...” (Membro do CEEI-2).

Pesquisador: “Isso ainda no Comitê do Escola Aberta?”

“Era do Escola Aberta e com um assessor pago pelo MEC. Como elas tinham tempo disponível para assessorar o Escola Aberta e ainda chamar para as reuniões que aconteciam regularmente e com pautas e discussões o tempo todo e com muitas ações que elas ajudavam a gente organizar. A gente construía coletivamente, mas elas estavam à frente disto.” (Membro do CEEI-1).

“[...] Se você for olhar o manual operacional, lá fala das atribuições das secretarias, e entre elas está subsidiar os espaços físicos para este Comitê. Então, a Secretaria do Estado da Educação colocou à disposição uma sala toda equipada. Lá tinha uma sala de reuniões com computadores, e vieram mais dois estagiários. Então elas tiveram toda

uma estrutura para está atendendo a demanda do Município.” (Membro do CEEI-2).

Pesquisador: “E este Comitê começou em qual secretaria?”

“Não, ele sempre foi metropolitano. Ele tinha sede na SEDUC (Secretaria Estadual)... Foi um consenso ele ser desenvolvido na SEDU, porque poderia estar mais abrangente.” (Membro do CEEI-2).

“Ele envolvia seis secretarias. A secretaria estadual e os cinco municípios da região metropolitana. E aí graças a este Comitê que a gente conseguiu a primeira pós-graduação, porque, na época, em 2009, o MEC não conseguiu parceria com a UFES. A UFES não se interessou em fazer esta parceria para receber recursos, a assessora foi lá dentro da universidade, quase que com pires na mão, perguntando para o coordenador de cada curso se aceitavam a proposta. Só na Educação Física, por questões de amizade mesmo com o professor da Educação Física, que conseguiu trazer o primeiro recurso para fazer o primeiro curso.” (Membro do CEEI-1).

Como podemos perceber, mais uma vez, o Programa Escola Aberta coloca-se como um grande aliado no desenvolvimento da Educação Integral no Espírito Santo. Foi através dele que a temática Educação Integral teve inserção nas ações do Município de Vitória e de outros municípios da região metropolitana. O diálogo entre as secretarias de educação pressupõe uma gestão compartilhada das experiências de EI, uma vez que suas atividades são desenvolvidas de maneira integrada, entre elas. Além disso, a mobilização do Comitê Estadual para conhecer experiências em outros estados é colocada como forte elemento na ampliação do conceito de Educação Integral no Estado, subsidiando, por exemplo, ações de formação de professores sobre essa temática.

É importante destacar, como mensurado nas falas acima, que os representantes do Comitê Metropolitano/Territorial sempre estiveram bastante envolvidos nas ações do Comitê Estadual, principalmente buscando parcerias entre diversas instituições e as secretarias de governo. Nessa lógica, como estratégia de ampliação do debate, a sede do Comitê Estadual localizava-se na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Todos os municípios que tinham o Escola Aberta poderiam participar desse Comitê, desde que tivessem interesse.

Outro elemento destacado foi a presença de um assessor, pago pelo MEC, que auxiliava a coordenação do Comitê Metropolitano/Territorial, além disso auxiliava no contato do Ministério da Educação com as experiências em curso.

Nesse cenário, o Programa Mais Educação chega ao Município com uma proposta diferenciada de comitê, mas com concepções próximas, sobretudo no tocante à relação escola-comunidade. A princípio, ambos os Comitês coexistiram no Espírito Santo, mas por pouco tempo. Fato que se deu devido à força da Educação Integral no Estado e às demandas geradas pelo PME, como já destacado. Assim, os Comitês se unificaram e compuseram um único espaço de debate, o Comitê Estadual de Educação Integral.

“Aí depois de todo este movimento, que foi um movimento muito forte da Escola Aberta, quando começa o comitê do Mais Educação, começa separado. Começou até como uma rixa e um pouco de ciúmes, como se o MEC tivesse abrindo o Mais Educação e deixando o Escola Aberta de lado. E neste momento coincidiu tudo. Coincidiu que não tinha mais assessoria para o Escola Aberta, por que a assessoria saiu. Não tinha mais adesão para o Escola Aberta, só tinha adesão para o Mais Educação. Era assim, quem tinha Escola Aberta tinha e quem não tinha ficou sem. A gente meio que se sentiu abandonados naquele momento.” (Membro do CEEI-1).

“Mas o Escola Aberta é uma coisa tão reconhecida que não tem como acabar.” (Membro do CEEI-2).

“Então se criou dois comitês. O comitê da Escola Aberta e o comitê do Mais Educação...” (Membro do CEEI-1).

“Só que o do Escola Aberta era ‘super’ articulado, porque a gente já tinha especialização em Educação Integral. Eles teriam que utilizar as nossas fontes de informações. Aí nós conseguimos agregá-los...” (Membro do CEEI-2).

“Com a segunda pós-graduação, acabou unindo os comitês. Porque, com a segunda pós, a gente ficava assim: ‘Não essa pós tem que ser do Escola Aberta!’, e eles: ‘Não, essa pós tem que ser do Mais educação!’ [risos]. Aí a gente entrou em consenso, que X vagas era para o Escola Aberta e X vagas para o Mais Educação. Democrático, mas quase que entra em guerra para poder garantir as vagas de cada programa [risos]. Aí a gente começou a se articular. Acho que isso foi em 2010, 2011, por aí. Acho que foi em 2011, quando a gente começou esta coisa da segunda turma. Ficou um tempo ainda onde articulávamos com o curso da pós, mas mantínhamos os dois comitês. Depois a gente viu que não valia a pena mais manter, porque éramos os mesmos e estávamos nas mesmas coordenações...” (Membro do CEEI-1).



“É nas mesmas coordenações e mesmas secretarias.” (Membro do CEEI-2).

“Então, a partir de 2012, eu tenho certeza que foi em 2012, porque foi em 2012 que aqui na SEME a gente juntou as equipes também. A gente tinha uma equipe do Escola Aberta separada da equipe do em Tempo Integral e do Mais Educação, e a gente quase não se comunicava dentro da secretaria. Aí a gente juntou aqui, e o Comitê automaticamente juntou lá também. Aí, de 2012 para cá, passou a ter um comitê único onde, a cada ano, uma secretaria assume a coordenação do comitê. E é por votação.” (Membro do CEEI-1).

Nessa nova configuração do Comitê Estadual, manteve-se a concepção de dialogicidade pressuposta desde o início do Comitê Metropolitano/Territorial do Escola Aberta, além da valorização da gestão participativa da Educação Integral no Estado do Espírito Santo. Isso retrata-se, por exemplo, na troca anual de coordenador do Comitê, ou seja, a cada ano, o representante de uma secretaria de educação é eleito por votação para assumir o comando temporário do Comitê. Vale destacar que a participação no Comitê é aberta a todos os municípios, até para aqueles que não têm o Mais Educação. Atualmente, aproximadamente 64 municípios mais a Secretaria Estadual de Educação participam do Comitê Estadual: “Olha, todos são convidados a participar mesmo que não tenham o Mais Educação. Mas, efetivamente, os que têm o Mais Educação, até o momento, são 64” (Membro do CEEI-1).

Quanto à periodicidade das reuniões do Comitê Estadual de Educação Integral, este compactua que elas devem ser mensais para abranger, nas ações, as demandas de todos os municípios participantes. Porém, devido a determinados entraves, as reuniões estão acontecendo trimestralmente, com possibilidade de mais encontros de acordo com a necessidade. Com a ampliação do Comitê, a partir da chegada do Programa Mais Educação, as reuniões passaram a ser trimestrais. Essa diminuição na periodicidade dos encontros dá-se, dentre outros fatores, pela dificuldade em mobilizar tantos municípios, principalmente aqueles mais distantes da sede do Comitê. Nesse quesito, como destaca o *Manual Operacional de Educação Integral*: “[...] o próprio Comitê deve definir seu funcionamento de acordo com as necessidades e condições locais. Sua configuração pode variar conforme o número de secretarias que desenvolvem os Programas em cada estado” (BRASIL, 2012, p. 78).

“Olha, antes era de mês em mês, agora essa periodicidade ficou um pouco difícil porque a gente desloca e tem alguns municípios que são distantes ficando a duas horas, três ou quatro horas de distância, e a gente necessita de diárias. Então nós passamos a criar um segundo Comitê, que é regional, para atender a região de São Matheus, e o nosso se reúne com unanimidade, com encontros trimestrais. Nós passamos a se trimestrais porque as demandas que estavam vindas de Brasília, não tinha como a gente estar nos reunindo momentaneamente, e a nossa maior preocupação era as especializações. Estas especializações não focavam o interior, e agora que elas focam também o interior, demandam uma atenção maior do Comitê. Aí nosso Comitê tem reuniões trimestrais, mas tem mais reuniões emergenciais do que trimestral, isso é incrível. Esse mês mesmo, nós vamos ter duas reuniões.” (Membro do CEEI-1).

A atual configuração do Comitê Estadual de Educação Integral e o seu funcionamento têm evidenciado que experiências várias no Estado do Espírito Santo, efetivamente, buscam elementos para o desenvolvimento da Educação Integral na realidade das diversas redes de ensino que participam do Comitê, além disso vão ao encontro das diretrizes do MEC, as quais propõem que:

[...] os comitês devem fomentar, articular e integrar os diferentes setores, atores e políticas sociais envolvidos com a implementação dos Programas Mais Educação e Escola Aberta nas escolas e nas regiões onde estão acontecendo, tendo caráter consultivo para qualificação dos Programas. (BRASIL, 2012, p. 79).

Com isso, diversos avanços são percebidos pela presença do Comitê no Estado, assim como alguns desafios.

Nesse sentido, os avanços residem em elementos como a maior integração e visibilidade da Educação Integral no Estado, a efetivação do Comitê como espaço político e o auxílio na gestão da Educação Integral nos municípios que lidam com essa realidade mais recentemente, principalmente pela presença do PME. Quanto à integração das políticas de Educação Integral, mesmo que os municípios que recentemente se integraram ao Comitê ainda não percebiam sua importância no cenário educacional do Estado, a visibilidade política galgada pelo Comitê Estadual é elemento reconhecido pelos participantes entrevistados nesta pesquisa.

“Porque senão ia ficar isoladamente uma ação em cada secretaria: ‘Ah, aquela secretaria tá mexendo com aquele projeto, aquela outra tá com aquele e tá tudo muito bem, obrigado!’. Cada um ia ficar só. Deu visibilidade. O Comitê deu visibilidade. Ele fez com que as duas ações da Escola Aberta e do Mais Educação tivessem visibilidade internacional. Não foi só visibilidade local ou municipal. Nós trouxemos visibilidade. Porque hoje, se você for olhar [...]. Eu sei, porque eu tenho os portfólios que eu vim fazendo desde 2008. A visibilidade dentro da minha própria secretaria, intercâmbios que a gente tem com outros países. O Escola Aberta e o Mais educação foi uma das visibilidades que foi dada lá fora. Então eu que venho esse tempo todo, acho que o Comitê é fundamental. O que me preocupa é que os municípios não levam muito a sério. Municípios distantes, e não os municípios da região metropolitana que já entendeu a importância deste diálogo.” (Membro do CEEI-1).

No tocante a essa integração, é importante destacar que, após a chegada do Programa Mais Educação e a unificação dos comitês, outra instituição que se firmou como parceira dos comitês foi a Universidade Federal do Espírito Santo, que atualmente é um importante ator no desenvolvimento da Educação Integral do Município de Vitória. Foi criado, em função do Comitê Estadual, um grupo de pesquisa em Educação Integral na Escola de Educação Física da UFES. E a partir disso, atualmente, o Comitê faz suas reuniões em sua sede, localizada no interior da universidade.

“Agora não. Quando o Comitê era só do Escola Aberta, nós tínhamos uma sala dentro da SEDUC, e toda vez a gente se reunia lá. Com o comitê do Mais Educação a gente se reunia de acordo com a secretaria que estava coordenando. Teve uma época que a secretaria de Vila Velha que coordenava, e aí as reuniões eram em Vila Velha. Teve uma época que Guarapari coordenou, e as reuniões eram em Guarapari. Aí depois a SEDUC começou a fazer, aí foi a vez de Vitória. E aí, a partir do ano passado, quando começou o núcleo de pesquisa, é que a gente começou a fazer dentro da universidade. Agora os encontros são sempre no auditório da Educação Física da Universidade.” (Membro do CEEI-1).

Esses avanços têm gerado outros e têm colocado o Comitê Estadual como instância com relevante papel no desenvolvimento da Educação Integral no Estado do Espírito Santo, além disso ele leva os municípios que recentemente o compõem a o tomarem também como espaço de aprendizado da gestão e de

conexão com as diretrizes do MEC. E isso ocorre devido à existência de representantes do Comitê os quais estiveram presentes em sua história e, hoje, lidam com as questões burocráticas e legislativas com mais facilidade devido à experiência adquirida.

“Porque tudo que você tem de dúvida, ao invés de você ligar para Brasília, você liga para elas. Você liga para o Comitê. E todas as informações elas disponibilizam, sobre os vídeos conferências também, e a gente recebe por *e-mail*. A gente está sempre comunicando mesmo sobre o que vai acontecer, sobre quando vai acontecer e sobre os encaminhamentos também. É realmente uma referência. Tudo que a gente precisa, a gente corre para elas e para o Comitê e questiona, e pergunta. E o reflexo também da Educação Integral e do Mais educação para o meu Município, é que agora está sendo implantado uma única escola no Município através do Mais Educação, eles utilizam esta verba do Programa, que está auxiliando esta escola de tempo integral que tem toda uma estrutura para que estas crianças permaneçam mesmo 10 horas dentro da escola.” (Membro do CEEI-3).

Isso reforça o fato de que o Comitê Estadual de Educação Integral tem se tornado instância efetiva do desenvolvimento da Educação Integral no Estado do Espírito Santo como um todo, para além das políticas do Governo Federal. Elemento que também vai ao encontro dos objetivos do Programa Mais Educação, os quais pressupõem: “[...] a construção de uma ação intersetorial envolvendo as políticas educacionais e sociais, objetivando, desse modo, contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais e para a valorização da diversidade cultural brasileira” (BRASIL, 2014, p. 4). Concepção que também objetiva induzir a ampliação da jornada escolar e a organização do currículo no tocante à dimensão da Educação Integral.

“E a vantagem disso tudo é mesmo que, com mudanças de partidos, o Comitê continua firme. A nossa política pública de pesquisa, de Educação Integral e de estar contribuindo, isto é forte, e a gente consegue convencer nossos gestores. Eles chegam assim meio temerosos, mas a gente convence. Então isso faz com que o gestor vê nesse Programa, não um programa da Dilma ou de outro. Ele não vê isso. Ele está vendo que a gente tenta mostrar que é para o bem da comunidade e do alunado.” (Membro do CEEI-2).

Mesmo que essa perspectiva de avanços esteja se consolidando no quadro da Educação Integral de Vitória, alguns desafios referentes ao aprimoramento do Comitê Estadual enquanto espaço de fortalecimento e participação no desenvolvimento da EI estão colocados. O primeiro deles reside na dificuldade de conexão entre as experiências em curso e o Ministério da Educação, o que ocorre, dentre vários motivos, pela ausência atual de um assessor financiado pelo MEC, mesmo que isso venha sendo balanceado com outras ações:

“Na verdade, a grande busca dos municípios e participação do Comitê é tentar entender como acontece o Mais Educação. E a comunicação do MEC com os municípios ainda é muito distante. Eles estão tentando melhorar cada vez mais com as *web* conferências, as *web* conferências, automaticamente quando termina, já vai para o *site*, porque antes isso não acontecia. Demorava um mês, dois meses para que a *web* conferência fosse para o *site*, e agora não. Eles estão fazendo até um vídeo de passo a passo, porque isso não existia. Então os municípios pequenos que são do interior e estavam fazendo a primeira adesão tinham grande dificuldade de entender. Então eles buscavam muito o Comitê e pessoas que tinham mais experiências para ser fonte de sabedoria, para saber como lidar com monitor, como fazer adesão. Eles queriam saber detalhes.” (Membro do CEEI-1).

Outro desafio que também se relaciona ao Comitê com o Ministério da Educação é a falta de verbas para as ações desenvolvidas. Financeiramente, a escassez de dinheiro impede o desenvolvimento e fortalecimento de algumas ações. Muitas vezes, o Comitê faz esforços financeiros para manter os encontros e as formações e ainda utiliza, quando possível, recursos materiais das universidades para levar a cabo as ações propostas pelo PME.

“Tudo nosso, até os encontros... a gente leva café, copo, a gente pede lanche compartilhado. Nós já fizemos excursões e passeios, mas tudo parcerias, porque verba não tem. O Comitê utiliza os recursos que a universidade ganha para xerox, utiliza as rubricas dos recursos dos cursos. Para ir a Belo Horizonte, o Comitê arrumou os ônibus para Belo Horizonte.” (Membro do CEEI-2).

E, como último desafio, foi colocado pela Secretaria de Educação de Vitória e pelos outros representantes do Comitê Estadual que deveria ser construído um plano estadual de Educação Integral para fortalecer ainda mais as ações de

formação. Ação que poderia ser colaborada também pela participação atual da UFES na realidade da Educação Integral do Município e do Estado como um todo.

“Então, falando do nosso plano de ação do Comitê, na verdade eu acho que é ainda um desafio nosso fazer um plano de ação mais elaborado. Nós ainda não temos um plano de ação mais elaborado, mas nós já discutimos, em alguns encontros, que os nossos encontros precisam ser metade reunião técnica para poder tirar dúvida e informes com relação ao Mais Educação e metade formativa. Nós passamos o dia todo juntos. Antes era bimestralmente e agora é trimestral, mas é um dia de encontro. Então a gente está buscando fazer desta forma.” (Membro do CEEI-1).

Como vimos, a participação de Vitória no Comitê foi essencial para a configuração, o desenho e as dinâmicas atuais da Educação Integral no Município. Destaca-se, nesse contexto, o compromisso dos representantes do Comitê para ampliar o conceito de Educação Integral e articular, cada vez mais, as ações, a inserção da universidade como importante parceiro no Comitê e a unificação dos comitês dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, que se transformaram no Comitê Estadual de Educação Integral. Nesse ínterim, diversos desafios foram sinalizados em relação à existência desse Comitê, mas é inegável a participação dele para a difusão e o enraizamento da Educação Integral no Município de Vitória e no Espírito Santo.

### **3 OLHARES CRUZADOS: A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM VITÓRIA SOB A PERSPECTIVA DOS DIVERSOS SUJEITOS ENVOLVIDOS**

A proposta desta parte do relatório é colocar em diálogo diferentes visões e interpretações sobre a Educação Integral no Município de Vitória, trazidas pelos sujeitos que estão atuando nessa nova realidade educacional. Nesse sentido, gestores, educadores, pais de alunos e educandos agregaram olhares diferenciados sobre a vivência da Educação Integral. Colocá-los em articulação, portanto, nos permitiu levantar importantes elementos para pensarmos nos alcances e limites da experiência em questão, bem como nas possíveis configurações para outras experiências que estão em processo de consolidação, ou até mesmo para futuras propostas.

São sujeitos que participam da Educação Integral em Vitória: a gestão da Secretaria de Educação do Município, os professores efetivos da rede municipal de ensino, os coordenadores de Educação Integral (efetivos designados para o cargo), os integradores sociais (contratados pelo Programa Educação Integral da Prefeitura), os “voluntários” do PME (monitores/“oficineiros”), os demais funcionários das escolas, os pais de alunos, os educandos e as instituições parceiras, como a universidade. Cada um desses grupos de sujeitos tiveram a oportunidade de dialogar acerca de diversas questões sobre a Educação Integral, como, por exemplo: os impactos da ampliação do tempo na escolarização das crianças e dos jovens, as demandas por Educação Integral, os espaços utilizados para o desenvolvimento das práticas do PME, a melhoria na aprendizagem, dentre outras questões.

Do universo de questões colocadas em pauta, os elementos que mais se destacaram nos diálogos desenvolvidos foram: as adaptações no currículo e na organização do trabalho escolar a partir da extensão do tempo dos alunos nas escolas; a inserção dos novos educadores nas escolas e suas práticas; a questão dos espaços intra e extramuros das escolas; e a materialidade escolar. Procuramos então, a partir desses elementos, elaborar interpretações e argumentos que possam trazer importantes recursos para pensarmos na efetivação desses Programas (Mais Educação e Educação Integral) e na consolidação deles como políticas públicas.

### **3.1 Novos tempos para um novo fazer pedagógico**

Quanto à ampliação da carga horária escolar dos alunos e às adaptações necessárias para oferecer atendimento em Educação Integral, há um consenso de que, no início, esse novo modelo de ensino, no Município de Vitória, chegou de maneira desacreditada nas escolas. Isso ocorreu tanto no que tange ao Programa Educação Integral quanto ao Programa Mais Educação. No entanto, essa realidade foi se modificando na medida em que as escolas foram lidando com as questões vigentes.

“O grupo também mudou em relação ao Integral e o Mais Educação. Eles achavam que o Integral e o Mais Educação eram uma bagunça, que não tinha um controle, não tinha orientação, não tinha uma rotina, até quando a gente quis colocar o Mais Educação com o antigo diretor, houve uma resistência do grupo, que falavam que a escola ficaria mais barulhenta, não tem espaço, e, hoje em dia, eles já estão mudando esse olhar, o grupo já está aceitando, estão vendo que as crianças estão mudando não só o comportamento mas pedagogicamente também. Então eu acho que a aceitação agora está muito boa em relação ao grupo da escola, eles realmente estão abraçando mais o projeto. No começo, nós nos sentíamos sozinhas, a gente falava do Mais Educação... era como se fosse só meu, meu e da diretora no caso, e agora os professores já falam como se fosse parte da escola mesmo.” (Coordenadora do PME na escola).

“Já tem uma integração maior, uma aceitabilidade, um entendimento. Essa rejeição inicial passa pela falta de esclarecimento, de relação ao atendimento que é feito, e a primeira visão que as escolas têm, não só aqui mas em outras escolas da rede, é que o Integral é só para pobre, é só assistencialismo, e essa visão é equivocada, porque não é só para pobre. A Educação Integral é para atendimento aos alunos que precisam de um atendimento mais específico, claro que tem a questão do assistencialismo como todo programa tem, mas nós não podemos vê o atendimento aos meninos só nesse foco.” (Diretora de escola).

Como vimos, a falta de aceitabilidade inicial da Educação Integral é entendida, por parte da gestão escolar, como um período de adaptação às mudanças que a ampliação do tempo e a inserção de novas atividades trouxeram à escola. Essa inaceitabilidade também reside, segundo as gestoras, na falta de informação com a qual a Educação Integral foi implementada nas escolas. No entanto, ambas as gestoras apontam que, à medida que a EI foi se desenvolvendo



no Município, a comunidade escolar passou paulatinamente a se relacionar melhor com a perspectiva da Educação Integral.

A superação da situação exposta, resguardando todos os desafios ainda presentes no âmbito das escolas, deu-se também devido à ação do Coordenador da Educação Integral, o qual tem como uma de suas funções integrar os turnos e os diferentes tempos do atendimento escolar propiciados pela experiência de Vitória.

“Eu não consigo vê o [Programa] Tempo Integral separado do Mais Educação, porque eles estão sempre juntos, não consigo vê-los separados, até porque o Mais Educação atende os alunos do Integral e atende um pouco além dos alunos do Integral. Durante um tempo na escola, os alunos do Integral eram vistos como não sendo dela, como sendo aluno do Integral, e ficava em casas separadas, a escola estava em reformas, então o Integral ficava lá. Hoje, como ele está dentro da escola o tempo todo, participando do que acontece na escola, se movimentando nos espaços da escola, o professor do contraturno já vê esse aluno com mais facilidade.” (Diretora de escola).

Ao mesmo tempo que percebemos que os profissionais da escola estão lidando melhor com a Educação Integral, percebemos que a questão do tempo ainda apresenta desafios para a integração dos turnos nas escolas, tanto no Programa Educação Integral quanto no Mais Educação. Isso dá-se também pela valorização das atividades escolares do turno regular em detrimento das do contraturno.

“Eu acho que os acontecimentos do turno regular acabam engolindo um pouco os profissionais e, por isso, eles acabam não dando tanta ênfase no Integral. Os técnicos, os pedagogos e os coordenadores ajudam no que é preciso, se eu pedir uma ajuda. Por exemplo, na segunda, eu sempre tenho contato com os professores, porque é planejamento, então essa relação é boa, entre os profissionais e eu, mas o olhar dos profissionais para o Integral, dos professores principalmente, eles ainda precisam entender que o Integral faz parte da escola, ainda é preciso melhorar esse olhar dos profissionais para os meninos do Integral, vê que eles fazem parte da escola.” (Coordenadora do PME na Escola).

“É verdade, ainda tem uma resistência, e os professores não se propõem em ajudar em nada do Integral. Eles não entendem que os alunos que são do Tempo Integral são da escola. E, assim, os alunos são discriminados, eles não existem, não sei pra quê tem isso. Às vezes, eles acham que é nossa obrigação alfabetizar os alunos. Muitos dos nossos integradores não são nem formados em pedagogia. Muitos são, mas muitos não são. Então eles acham que cabem a nós integradores fazer a parte que é deles.” (“Oficineira” do PME).

Acreditamos que a efetivação da Educação Integral deva articular ambos os turnos, buscando a adaptação dos tempos para a inserção dos diversos saberes que se inserem nas escolas. Nesse sentido, a busca de parcerias no planejamento pedagógico e a articulação de atividades entre os educadores de diferentes turnos podem ser caminhos de integração entre os tempos da escola e de minimização de possíveis hierarquias entre o turno regular e o turno das oficinas do PME.

“Na hora que eu faço o planejamento com as professoras... e até a questão do comportamento dos meninos, porque eles gostam do Integral, se eles não forem bem no Integral, eles não vão bem na escola, se eles não vão bem na escola, eles não vão bem no Integral. Essas professoras das séries iniciais fazem essa menção que o Integral ajuda muito no comportamento e em algumas atividades, alguns alunos já estão começando a apresentar melhoras no desenvolvimento das atividades. Mas, ainda são poucos, porque começou com pouco tempo, o letramento mesmo a gente começou com duas semanas, mas a matemática já está começando a surtir efeito dentro da sala de aula. O que eu consigo vê mais é o comportamento.” (Coordenadora do PME na Escola).

“Eu dou oficina de alfabetização e leitura escrita, e eu sempre procuro o professor do ensino regular para saber qual é a demanda para que eu possa focar naquele assunto.” (“Oficineira” do PME).

Quanto à ampliação do tempo escolar, foi consenso entre os pais dos educandos a necessidade de um tempo estendido para suprir as necessidades de proteção de seus filhos. Isso porque a maioria deles vivem em territórios marcados por pobreza e violência urbana, ao mesmo tempo que têm jornadas longas de trabalho diárias. Nesse sentido, a escola significa um espaço de proteção e acolhimento no momento em que as crianças e os adolescentes estariam sozinhos. Isso pode ser verificado nos relatos da mãe de uma aluna do Programa Educação Integral:

“Eu tenho um casal, só que o outro tem 22 anos e não mora comigo, mora só eu e ela. Então ela ficava muito sozinha, fazia atividades no Salesiano, porém, duas vezes na semana, três vezes na semana, ela ficava sozinha, então ela passou a vim, ficava dois dias aqui, dois dias no Salesiano e um dia só em casa. Depois eu conversei com a professora e eu conseguir deixar ela todos os dias. Eu deixei porque me ajudava, ela fazia o dever sozinha, e aqui me ajudou e ajudou ela também. Ela está bem mais organizada nos afazeres de escola, demonstrou um interesse por leitura,

está sempre com um livrinho lendo, conversa comigo sobre o livro. Antes eu gostava porque me ajudava, agora não, agora o interesse é mútuo, eu gosto desse projeto, e tem sido muito bom para ela.”

“Antes eu saía para trabalhar de dia, agora noite, agora eu trabalho à noite e dou mais assistência durante o dia. Antes eu estava deixando comida pronta e biscoito, suco, essas coisas que não são boas para a saúde. Eu ligava perguntando se eles já tinham almoçado, e eles falavam que estavam cheios porque tinham comido biscoito. Se fosse uma vez ou outra, ainda ia, mas largar a comida de sal todos os dias não dá. Isso é uma das preocupações também, fora as outras preocupações do dia a dia.”

Podemos perceber, a partir das falas apresentadas, que a ampliação do tempo tem uma função social forte para os pais que precisam trabalhar fora de casa. Segundo o relato dessas mães, o momento em que não estão com seus filhos torna-se menos preocupante, pelo reconhecimento de que, sob a proteção da escola, seus filhos estão bem. Mas, para além desse elemento, os pais também reconhecem que a ampliação do tempo tem contribuído para uma melhor educação de seus filhos. A partir desses dois principais elementos, a maioria dos pais tem avaliado positivamente a ampliação do tempo escolar e a diversidade de atividades desenvolvidas tanto no âmbito do Mais Educação quanto no do Programa Educação Integral.

“E para mim foi até uma ajuda, porque meu filho não queria nem vim para escola, porque ficavam chamando ele de burro, que não sabia lê, que é analfabeto pela idade dele, chegava aqui na escola e ele agarrava em mim, ou na minha mãe, para não entrar, e agora ele, participando do projeto, já pede para vim, são dois dias, e ele pergunta se não tem mais dias para ele continuar, só que ,por enquanto, só tem dois dias, mas, para mim, o que valeu foi isso, o esforço delas aqui também.” (Mãe de aluno do PEI).

“São colados, mas são comunidades diferentes. Lá não tem coisa que preste, e a criança fica no meio do caminho, não dá, e o projeto ajuda bastante, porque ele vai para escola e faz atividades que ajudam ele. Ele queria aprender algum instrumento. Eu estava querendo comprar um violão, e ele falou que na escola tem. Eu ia comprar e tentar pagar um cursinho para ele, na igreja ele sempre vê os meninos cantando, tocando violão, bateria, e ele tem vontade de aprender.” (Pai de aluno do PEI).

Como podemos perceber, existem avanços e desafios no que concerne à ampliação do tempo na escola, na visão dos diferentes sujeitos. Os gestores,

principalmente os diretores de escolas e coordenadores do PME e do Programa Municipal, trazem a separação entre os turnos como um elemento desafiador para o desenvolvimento da Educação Integral. Mas, ao mesmo tempo, apontam que o caminho para a superação da dicotomia entre turno e contraturno é o diálogo entre os diferentes profissionais e o trabalho coletivo, visão, inclusive, dos “oficineiros”. Já os pais dos alunos avaliam positivamente a extensão do tempo escolar, já que seus contextos de vida exigem a proteção dos filhos, papel que a escola vem assumindo desde a implantação da Educação Integral. Além disso, eles valorizam a diversidade das atividades desenvolvidas pelo PME, o que pode levar à integralidade da formação de seus filhos.

### **3.2 Os novos educadores: ampliação dos saberes e desvalorização do profissional**

A Educação Integral, segundo documento oficial do MEC:

[...] abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores, estudantes universitários com formação específica nos macrocampos), observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, os monitores do Programa Mais Educação e os integradores sociais do Programa Municipal representam também a inserção do saber popular na escola, bem como a diferenciação do currículo através das oficinas. Elementos esses que vêm sendo amplamente reconhecidos na prática desses profissionais presentes na experiência de Educação Integral de Vitória. Vale lembrar que muitos deles exercem as duas funções, o que pressupõe mais integração entre os dois programas.

“Na páscoa, a gente foi fazer uma comemoração nossa com os alunos... O professor do regular acha que a gente rouba os alunos, e eu fui lá entregar um bilhetezinho do Educação Integral, e elas: ‘Ah, que não sei o que e blá-blá-blá’. A professora ficou incomodada... O amor que a gente tem com as crianças incomoda muita gente. Eles ficam em rigidez,

rigidez, rigidez, disciplina, disciplina, disciplina e cadê o carinho? Cadê o amor?” (“Oficineira” do PME).

“Às vezes, tem muito haver com isso, o professor chega na sala, passa matéria e vai embora. Aí a gente que está como monitor... às vezes, eles falam, estão perturbando muito, ou está muito quietinho, a gente pergunta o que aconteceu. E, às vezes, é um grande problema que tem em casa, e a criança começa chorar... e eles, muitas vezes, não fazem isso, e depois querem achar ruim quando a criança está mais próxima a você. Mas é uma questão de você querer saber qual é o objetivo da criança.” (“Oficineira” do PME).

“Agora eu acho que é importantíssimo esse momento que estamos fazendo agora, de que os que estão na ponta, em contato direto, a gente consegue avaliar, analisar e trazer isso para esse momento aqui, porque alguns ficam dentro das secretarias, dentro dos espaços administrativos, e nós estamos de fato fazendo. Nós somos os mobilizadores. Nós é que concentramos os anseios dessas crianças que estão em horário integral, com expectativa. Como minha oficina é voltada para a questão da comunicação de rádio e tecnologia, ela está ‘transversalizando’ o conceito educacional, e é uma das coisas que o projeto Mais Educação poderia falar algo mais sobre isso.” (“Oficineira” do PME).

“As professoras [do Mais Educação] são excelentes, eu adoro elas, fazem um trabalho bem legal, às vezes, o dever da gente elas fazem, porque na correria do dia a dia você não tem tempo para pegar todo dia o caderno do menino, isso realmente é dever do pai, mas você fica tranquilo de saber que tem umas pessoas cuidando daquilo. Mas poderia intercalar.” (Pai de aluno do PME).

Como se pode perceber, a atuação dos novos educadores tem trazido elementos preciosos para pensarmos a docência na Educação Integral. O trabalho do monitor/“oficineiro” diferencia-se consideravelmente do da maioria dos professores do turno regular. Fato que se dá tanto pelo caráter do trabalho, que se organiza em forma de oficinas, imprimindo umas práticas mais dinâmicas na construção do conhecimento, quanto pela relação de afeto que tem se desenhado entre os monitores/“oficineiros” e os educandos. E essa relação pode ser decorrente de diversos fatores, e um deles reside na vivência em comum que muitos “oficineiros”/monitores têm com os educandos, pois,

[...] além de um conhecimento de território, das dinâmicas que conformam as relações do bairro/comunidade; esses jovens [os monitores], por meio de suas expressões culturais e simbólicas, instituem, muitas vezes, um tipo de relação, transmissão cultural e sociabilidade que dificilmente professores de outros universos

socioculturais construiriam. (DAYRELL; CARVALHO; GEBER, 2012, p. 159).

Esses “novos educadores”, como se pode perceber nos dados apresentados, têm modificado consideravelmente a expressão da docência nas escolas públicas de Vitória e interrogado os processos educativos nelas desenvolvidos, o que é marcado pela dimensão da relação educador-educando pautada no respeito e no afeto. Essa característica do novo educador, embora contribua para o desenvolvimento da Educação Integral, por outro lado, questiona a construção da relação professor-educando no turno regular e a falta de integração entre os turnos. Fato esse que sinaliza a necessidade de ampliação, nas secretarias de educação e nas escolas, de espaços e tempos de troca de diálogo entre os diversos profissionais envolvidos na educação de um modo geral.

Além disso, é importante destacar aqui que, embora esses “novos educadores” estejam sendo reconhecidos por suas práticas, há a desvalorização desses profissionais em relação à sua carreira profissional. O que decorre das baixas remunerações, das más condições de trabalho e também, em alguns casos, da falta de cumprimento dos direitos trabalhistas, por parte da administração, no momento da contratação dos “oficineiros” viabilizada pelo Mais Educação.

“Eu gostaria de falar sobre o vínculo empregatício, porque o que acontece... Fala para gente que o monitor não pode sair com o aluno, aí o coordenador chega lá e diz: ‘Vamos para tal lugar?’ e: ‘Fulano, você leva sua turma!’. Tá, e aí, se monitor não pode sair com a turma, só o integrador pode, o monitor não pode porque o coordenador manda?. Eu acho que este vínculo empregatício, que a gente não tem, pois o nosso vínculo empregatício é um relatório que você preenche, é um termo de autorização que você faz no início, preenche lá com os seus dados, e entrega para o professor que fica no caixa escolar. Depois você preenche um formulário onde você apresenta com quantas turmas você trabalhou, quais os dias, o que você apresentou, qual foi a atividade que você fez, e entrega para eles. Não tem um vínculo empregatício.” (“Oficineira” do PME).

Outro elemento que se colocou como desafio em relação aos “novos educadores” foi a baixa remuneração deles e o regime de voluntariado. O que gera a intensificação do trabalho desses educadores e, muitas vezes, uma hierarquia entre os profissionais das escolas.

“Nada! Não tem direito a licença, atestado, nada. Se você não trabalhar você não ganha. Os dias que você tem é segunda e quarta, se você não for trabalhar você não pode por no relatório. Se você não põe no relatório, é menos 40 reais da sua continha que já é pouca. Até onde eu lembro, é 40 reais a cada cinco turmas rodadas.” (“Oficineiro” do PME).

“Eu sou integrador social e trabalho no Mais Educação. O Tempo Integral começou há sete anos, e desde o início destes sete anos que eu trabalho no Tempo Integral. Eu saí por dois anos, porque tem horas que você tem que dar uma escapada, e este ano estou voltando de novo. Desde quando começou o projeto até agora, mudou tudo. Principalmente o vínculo. Todo o ano eles faziam uma licitação para ver quem ia tomar conta do vínculo do integrador, e aí eles contratavam. Neste ano, e acho que no ano passado também, né, já começou com o vínculo com a prefeitura, a gente é empregado da prefeitura. Já como monitor do Mais Educação, a gente não tem vínculo nenhum. A gente é voluntário. A gente ganha uma bolsa de ajuda, é um auxílio. Isso quer dizer que se eu ficar doente por um ano, eu vou ficar um ano sem receber nada.” (“Oficineiro” do PME e Integrador Social do PEI).

“É, quem fecha todas as oficinas ganha isso. No meu caso, não dá porque só tem quatro turmas, mas quem tem as cinco turmas dá 400 reais. Você pega dois dias na semana com oficina direto, você ganha 800 reais. É cansativo, é dia todo, você não para, não tem planejamento, elas tem que trazer tudo pronto, a gente que produz, mas é ela que pensa a oficina, não é um dinheiro fácil, mas já ajuda, hoje as pessoas querem ser monitor do Mais Educação por que ficou uma coisa mais remunerada, antes era um ressarcimento mesmo porque o valor da oficina era menor, hoje o valor é 80 reais cada turma, então, querendo ou não, é um valor considerado e ajuda muito, quem vai receber 800 reais para trabalhar no máximo três dias da semana.” (Diretora de escola).

A falta de remuneração adequada, principalmente para os “oficineiros” do Programa Mais Educação, tem trazido diversos desafios para a consolidação da Educação Integral no Município de Vitória. O primeiro deles reside na intensificação e no consequente impacto no trabalho desses profissionais. Para conseguirem uma remuneração razoável, muitos deles acumulam oficinas em diversas escolas. Além disso, ainda há profissionais que acumulam a função de “oficineiro” do Programa Mais Educação com a função de Integrador Social vinculada ao Programa Educação Integral.

Diante desse cenário, constatamos que a efetivação de uma política de Educação Integral deva passar necessariamente pela valorização dos profissionais envolvidos. Valorização essa atribuída pelos pais dos educandos, pelos alunos e, mais recentemente, por outros profissionais da escola, no que tange à prática dos

“oficineiros”. Nesse sentido, as práticas docentes desses “novos educadores”, ao que nos parece, estão mais próximas da realidade dos educandos, o que pode trazer importantes contribuições para o processo de escolarização deles, uma vez que essas práticas estão imbricadas pelas experiências territoriais no âmbito do bairro, no caso, muitas delas comuns entre os “oficineiros” e educandos. Todavia, essa premissa não se consolida nas condições de trabalho e renda desses sujeitos.

Um problema relatado, quanto às condições de trabalho desses “novos educadores”, dialoga com a falta de materialidade e com as tensões em relação ao uso de alguns espaços escolares:

“Já tem um ano que eu estou lá na escola, e material que é bom, nada. E a gente não sabe como é o investimento dos recursos e da compra desses materiais. Eu utilizo lá não só a bola mas utilizo outros utensílios. Eu utilizo corda, eu utilizo elástico para trabalhar os movimentos corporais, mas falta também esta parceria em está comprando todos os materiais que a gente necessita.” (“Oficineiro” do PME).

“O equipamento existe, mas a diretora não disponibiliza. Nunca consegue disponibilizar o equipamento para desenvolver as atividades. Nunca está disponível os equipamentos. Então eu não sei qual é o entrave para disponibilizar estes equipamentos. Eu acho que a dificuldade também existe, de dentro da escola em relação em propiciar ao aluno os meios para desenvolver as atividades. Eu sei que existe escolas que não aderem o Integral e não aceita o Tempo Integral, tendo uma resistência em relação a isso.” (“Oficineiro” do PME).

“A gente tem uma média de 15, 18 alunos por horário, em um horário de uma hora e meia, e, mesmo assim, eu tenho que atender individual, porque a dificuldade daquele aluno não é igual à dela, nem da dela e nem da sua, a dificuldade é individual. Às vezes, acontece de na mesma turma ter um menino com dificuldade em matemática e, se eu tivesse um quadro, o meu trabalho ia render muito mais. Eu ia ganhar muito mais tempo do que eu ter que ficar indo de mesa em mesa. Um dia, sabe o que eu fiz? Colei folhas de ‘chamex’ [folhas de papel brancas A4] no vidro da janela, do lado de fora, e fiquei escrevendo no vidro da janela. E é assim que a gente vai fazendo. É um improviso? É. E também a minha criatividade, só que nem tudo dá para improvisar. No começo do ano, a gente tava usando um caderno que tinha sido usado há três anos atrás, porque a escola não tinha caderno suficiente para dar aos alunos do acompanhamento pedagógico. Como a gente vai improvisar caderno? Vamos juntar uma pilha de folhas? Como o aluno vai escrever? Com o lápis de cor e giz de cera, porque não tem lápis o suficiente? O material chegou na escola esses dias atrás, se eu não me engano, ou foi a metade ou um pouquinho menos da metade, é, querem que a gente improvise? É difícil, tá!” (“Oficineiro” do PME).



“É sempre do regular. Inclusive os materiais, porque você vai pedir e nunca pode. Primeiro para o professor, se ele não for usar, aí pode dar para o Integral. Vai ficar para gente sempre o resto?” (“Oficineira” do PME).

Como vimos, outro desafio presente na prática dos “novos Educadores” é a falta de materialidade, elemento que também pode levar à precarização do trabalho desses profissionais. Como relatado, muitas vezes, faltam materiais para o desenvolvimento das oficinas do Programa Mais Educação. Fato que pressupõe um desafio quanto à chegada do recurso para a compra dos *kits* previstos para as oficinas escolhidas pela escola. Outro desafio evidencia-se também na necessidade de uma melhor gestão da materialidade no âmbito das escolas. Esses elementos são essenciais para a garantia da prática do educador e para o desenvolvimento pleno da Educação Integral.

Como política indutora, o Programa Mais Educação pressupõe, como uma das contrapartidas da Secretaria de Educação, uma pessoa designada para coordenar as atividades do Programa nas escolas, o que vem sendo realizado em Vitória, a partir da figura do Coordenador da Educação Integral nas escolas. No entanto, são necessárias políticas mais efetivas que garantam melhores condições de trabalho para os educadores populares que fazem parte dessa realidade vivenciada pelas escolas, calcada não somente na ampliação do tempo mas também na ampliação dos saberes e dos direitos discentes e docentes.

### **3.3 Espaço: o elemento central na discussão da Educação Integral em Vitória**

Um elemento que também tem pautado diversos debates sobre a Educação Integral é o espaço, tanto no que tange à sua disponibilidade física e às condições de infraestrutura quanto à perspectiva de utilização dos espaços além dos muros da escola nas práticas da Educação Integral. Nesse sentido,

[...] a criação/ampliação/reinvenção dos espaços educativos depende de uma reflexão sobre **a gênese do espaço, do tempo e do território escolar** do entendimento de como, quando e porque eles se fizeram assim. Além disso, exige que compreendamos **a relação do espaço e do tempo com a educação**, para identificarmos **o potencial educativo da escola e do seu território, seja ele cidade ou campo**. (BRASIL, 2010, p. 12) (Grifos nossos).

Essa premissa reside na necessidade da construção de territórios educativos presente nas concepções de Educação Integral dos Programas Mais Educação e Tempo Integral aqui em diálogo. No tocante à expressão “territórios educativos”, no documento do MEC, esta designa as modificações estruturais em espaços educativos no bairro onde a escola se insere, concepção muito ligada ao campo da arquitetura educacional. Além disso, ela vislumbra também a efetivação de parcerias, no território local, com instituições públicas e privadas, bem como a utilização de equipamentos urbanos disponíveis.

Como vimos, Vitória tem logrado parcerias importantes de instituições várias, conquistas de espaços educativos, além de parcerias de outras secretarias de governo para a promoção da Educação Integral. Vimos como exemplo dessas parcerias: a universidade, os espaços do Cajun e os Brincartes.

No entanto, quando colocada em discussão, a dimensão do espaço ainda é alvo de inúmeras reclamações de gestores e educadores. De um lado, essas reclamações existem pela falta de espaço nas escolas, para que estas possam funcionar em jornada ampliada. Por outro lado, a perspectiva de utilização de outros espaços que não a escola também tem sido alvo de muitas discussões.

“Eu sou monitor de esportes, e, lá também, a dificuldade é a falta de espaço. Para mim, na minha área, a questão não é nem falta de espaço, porque nós temos uma quadra e um pátio que utilizamos. Mas infelizmente é o dia que a escola contempla para o Mais Educação. São dois dias na semana que eu utilizo esta quadra, na segunda e quarta. Na segunda, a quadra é disponível, mas, na quarta, não é, então tenho que me ‘virar nos 30’ com os alunos. Tem espaços na comunidade que a gente conhece, mas ainda tem este contratempo da escola está liberando estes meninos também.” (“Oficineiro” do PME).

“Nós também utilizamos os espaços da escola para oferecer as cinco oficinas que nós temos. Lá não tem esse negócio de aluno do Mais Educação, é aluno da escola. As oficinas, como já disse, a gente prefere desenvolver lá mesmo, até porque não temos disponibilidade para levá-los para fazer atividades em outros locais. Esse ano conseguimos verbas

para desenvolver um projeto muito bacana na escola, mas não vamos poder desenvolver porque não temos espaço.” (“Oficineiro” do PME).

“Nossa escola tinha 16 turmas, reduzimos para 12 e ainda assim não está dando. Temos quatro salas de projeto, mas a professora de inglês é doida para ter uma sala de inglês, para dar um ensino diferenciado. Nós temos um laboratório de ciências, a sala de artes, mas a gente dá prioridade para o turno, eu não posso tirar o regular para o contraturno usar a sala, por exemplo, quando chove eu não posso colocar os meninos do contraturno no regular, porque a sala é reservada para a aula de canto, se você tirar sala do regular para colocar projeto, você está tirando o básico, não pode tirar. Tem pessoas que se apossam das salas, aí a gente tem que falar que a escola é de todos, a gente fazer as oficinas, as atividades com o que a gente tem.” (Diretora de escola).

“Na cabeça de muita gente é assim, e muitos projetos ainda acontecem dessa forma, uma coisa que cai de paraquedas para depois a gente começar a se organizar. Por exemplo, vamos colocar um laboratório de informática com recursos novos, mas cadê a formação básica para ligar um computador. Isso a gente sabe que acontece. E, às vezes, esse é o momento para se questionar, não se envolver, não entender projeto assim como agregadores de valores e conhecimento dentro da escola. De fato, para alguns projetos acontecerem, nós vamos precisar ir se organizando, e isso demanda recursos financeiros, demanda conseguir fazer parcerias, até mesmo por que a gente não tem para onde ampliar, nós temos 11 turmas e 11 salas de aulas. Temos uma sala de artes que é a única ambientada e nós usamos no Integral, a quadra a gente também usa. Na escola, a coordenadora do Mais Educação dedica muito ao trabalho, corre muito atrás, vai se organizando e se movimentando para as coisas acontecerem.” (Diretora de escola).

Como se pode perceber, a falta de espaços no âmbito das escolas tem gerado muitos desafios no desenvolvimento da Educação Integral. Pela falta de espaço, alguns projetos estão deixando de ser desenvolvidos, bem como tem havido o fechamento de turmas. Problemas que vêm acompanhados pela falta de materiais, para a prática de algumas oficinas, e de recursos humanos, para qualificar a utilização dos espaços disponíveis nas escolas.

Entendemos que a ampliação do tempo escolar, dentro da concepção de Educação Integral, deva repensar os espaços escolares, adaptando-os de diferentes maneiras para que contemplem as especificidades dos projetos das escolas e de seus sujeitos. Nesse sentido, para a consolidação de uma Educação Integral efetiva, são necessários esforços financeiros por parte das secretarias de educação. Além disso, é preciso um esforço coletivo da comunidade escolar para a adaptação dos

seus espaços. Sobre isso, algumas escolas têm tido avanços na gestão dos espaços para a Educação Integral.

“O atendimento aos alunos qualificou a partir do momento que foi repensado o espaço da escola. Porque, antes, tanto na questão do Mais Educação quanto nos outros programas, era tudo muito junto e misturado, uma coisa sem organização, o espaço era usado de qualquer maneira. Nós tínhamos vários espaços na escola ociosos e não tinha um planejamento específico para esse atendimento, não só no Educação Integral como também das ações da escola [...]” (Coordenadora do PME na Escola).

“Quando eu cheguei à escola, eu fiquei muito assustada. Eu já fui diretora de algumas escolas, algumas até referências no Município e, quando eu cheguei aqui, eu fiquei muito assustada, primeiro porque a escola estava toda depredada, e tem lugar que nós nem conseguimos mexer ainda, por exemplo, essa parede [mostra o local] nós ainda estamos fazendo. Nós pensamos assim: primeiro, priorizar sala de aula, que era onde os alunos estavam o dia todo, e os banheiros, porque eles eram uma coisa que dava nojo de olhar, estava tudo destruído, então só ainda uma aparência de sujo. Nós conversamos junto com a Secretária da Educação para avaliar o que era que dava para fazer, a primeira coisa foi à limpeza geral da escola. Os corredores eram cheios de armários velhos, tinha sala que só tinha armário, que ninguém sabia de quem era, aquela coisa de escola que você vai acumulando papel, e então a primeira coisa que nós fizemos foi esse ‘faxinão’, tiramos tudo que não era utilizado na escola e começamos a reforma pelos banheiros, que era o que a comunidade reclamava mais e realmente era uma coisa que não tinha como usar. Não tinha banheiro acessível, e nós fizemos, e ficou maravilhoso. Aqui eram seis banheiros, e nós reformamos todos, nós ficamos de agosto a novembro priorizando essas coisas, aí em dezembro, nós começamos a pintura, limpamos tudo, pintamos a escola, e agora, por último, estamos mexendo na quadra, estamos mexendo no telhado, e isso, para os alunos, significou muito, porque não tinha isso, o azulejo dava uma aparência triste para a escola, por isso que os pais falam dessa questão. Antes, a escola era como se fosse qualquer espaço, tinha sala de aula aqui embaixo, sala de aula lá em cima. Nós fomos e colocamos todas as salas de aula lá em cima, biblioteca, lá em cima tem banheiro masculino e feminino, e o banheiro é acessível, e trouxemos aqui para baixo os espaços que demanda mais mobilidade, que é a educação especial, as habilidades, laboratórios de ciências, nós só demos outra cara, fizemos a dança das cadeiras, trocamos um ambiente por outro, sala de aula que não era utilizada nós transformamos em sala de aula. Ainda tem muita coisa para fazer, mas eu acho que só essa mudança já deixou os alunos felizes, a comunidade está mais alegre, está mais participativa. Antes, quando a gente conversava com os pais, era como se ele não se interessasse, hoje nós temos um grupo pequeno que já participa mais, eles têm vindo à escola, há poucos dias, nós fizemos reunião de pais, e vieram muitos pais, e eu fiquei muito feliz, o auditório ficou cheio, teve pai

que ficou em pé, sem lugar para ficar, isso para nós foi um avanço. A primeira reunião que eu fiz aqui tinha seis pais. Nós já instituímos o 'Com Família', que nós fizemos fora do horário de aula, e os pais vêm, na última reunião do 'Com Família' vieram 130 pais, então isso é um avanço, 130 pais de um turno só é muito bacana." (Diretora de escola).

Como se pode observar, é nítida a contribuição do espaço para o desenvolvimento da Educação Integral. Nas falas apresentadas, vimos que o processo de discussão sobre as modificações do espaço escolar esteve presente, buscando a adaptação para a nova realidade na qual a escola tinha se inserido. Como avanços, percebeu-se, na experiência relatada, a existência de mais qualificação no atendimento aos alunos e a aproximação das famílias com a escola. Vale destacar que o trabalho, no âmbito dessa experiência, foi articulado entre a comunidade escolar e a gestão na Secretaria de Educação.

Para além da falta de infraestrutura física das escolas, outro limite colocado em relação aos espaços refere-se às saídas escolares dos alunos para as instituições parceiras, mesmo que os Cajuns e os Brincartes<sup>10</sup> sejam parceiros reconhecidos pelos sujeitos no desenvolvimento da Educação Integral em Vitória. Essa perspectiva de diálogo com a cidade, através do uso dos seus espaços educativos, para além dos muros da escola, está fortemente presente na concepção da SEME e vai ao encontro do PME, o qual entende, em seu Art. 1º, § 3º, que:

[...] as atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais. (BRASIL, 2010).

"Nós estamos alocados na Igreja que fica na Comunidade do Romão e anteriormente no Cajun, mas a relação com o Cajun não deu continuidade, porque eles têm uma política de assistência, e as oficinas de leitura e educação não podem ser desenvolvidas dentro da instituição. É praticamente impossível dar qualquer atividade dentro do Mais Educação, e, à tarde, nós conseguimos desenvolver dentro da igreja que fica na comunidade. A dificuldade maior mesmo é a falta de espaços para desenvolver as atividades, e, por isso, que, na parte da manhã, fica meio fragilizado." ("Oficineiro" do PME).

---

<sup>10</sup> Na primeira seção deste relatório, descrevemos que a disponibilização desses equipamentos/espaços são parcerias feitas com o Programa Municipal de Educação Integral, que oferece, para as escolas, ônibus, duas vezes por semana.

“No caso, a minha oficina é de educação ambiental. Não sei se alguém aqui tem!? Na nossa área, nós temos uma dificuldade enorme, como exemplo, nós queríamos fazer um trabalho tipo turismo com a criança, um ecoturismo, alguma coisa mais ecológica para eles saberem o que está acontecendo no dia a dia deles dentro da mata e o que está acontecendo na área urbana.” (“Oficineiro” do PME).

Tendo em vista a importância da dimensão dos territórios educativos, percebemos que a experiência de Vitória ainda apresenta desafios. O primeiro deles reside na disponibilização de um ônibus para o transporte dos alunos para as instituições parceiras apenas para o Programa Educação Integral, não atendendo ao PME. Acreditamos que, na medida em que os dois programas coexistem no Município e são gestados pela mesma coordenadoria no âmbito da SEME, as políticas entre os dois programas deveriam ser mais integradas, mesmo porque, no “chão da escola”, muitas vezes, as experiências imbricam-se.

“Isso, sair daquele espaço. Só que... ‘só Jesus na causa!’ Vou falar logo assim... É uma calamidade. É ônibus, é dinheiro, é o local... Às vezes, alguns locais cobram a entrada, né. E tem que cobrar mesmo. Só que, algumas vezes, o colégio não dispõe do dinheiro e, às vezes, a gente fica assim de ‘calça curta’ mesmo. E a outra relação é que este dinheiro que vem do Mais Educação para a gente... Não sei se alguém vai concordar comigo... Eu acho pouco. Muito pouco! Por exemplo, os materiais que a gente tem que comprar no meio do ano, e a gente tem que tirar do Mais Educação, falta para a gente sair com eles, para gente fazer algumas coisas com eles, sair de dentro do colégio com eles. A gente gostaria de pedir um pouco mais.” (“Oficineiro” do PME).

Nesse sentido, não apenas os espaços fixos devem ser pensados para o desenvolvimento das oficinas mas também uma agenda dentro de ambos os programas, que aproxime a escola das características territoriais não só do bairro mas de toda a cidade. Elemento que pode ser logrado com o desenvolvimento de aulas-passeio, excursões e oficinas itinerantes, por exemplo. Portanto, é mais do que necessário o investimento em estrutura de transporte para que as escolas possam trabalhar na perspectiva exposta.

Outro desafio que se coloca frente à questão dos espaços e territórios educativos é o de um olhar mais apurado das ações políticas para os territórios marcados por pobreza e violência urbana. Muitas vezes, as características sociais desses territórios impõem medo aos educadores de transitarem por ele. Nesse

sentido, Rosa (2011) aponta que as parcerias com outros órgãos para a promoção da Educação Integral tendem a não se consolidarem quando o território é carente de infraestrutura.

Entendemos que a superação desse desafio se dá a partir do comprometimento entre a Secretaria de Educação, os profissionais da escola e a comunidade. Entretanto, destaca-se um importante ator no enfrentamento dessa questão, o Coordenador do Mais Educação (professor comunitário) nas escolas, para o qual, dentre suas atribuições, estão previstas ações para o fortalecimento da relação da escola com a comunidade do seu entorno e conseqüentemente para o desenvolvimento do território dessa comunidade, assim como disposto nas diretrizes do MEC.

Não há uma definição “fechada” sobre quem pode exercer a função de professor comunitário. Podemos apontar algumas características importantes. Sabe aquele professor solícito e com um forte vínculo com a comunidade escolar? – Aquele que escuta os companheiros e estudantes, que busca o consenso e acredita no trabalho coletivo? – Aquele que é sensível e aberto para as múltiplas linguagens e os saberes comunitários? – Que apóia novas idéias, transforma dificuldade em oportunidade e se dedica a cumprir o que foi proposto coletivamente? – Aquele que sabe escutar as crianças, adolescentes e jovens? – Aquele que se emociona e compartilha as histórias e problemas das famílias e da comunidade? – Um professor assim tem um excelente perfil. (BRASIL, 2014, p. 15).

Portanto, reconhecemos os avanços supracitados na construção do nossa pesquisa no que tange ao desenvolvimento da Educação Integral em Vitória, sobretudo da constituição de espaços e territórios educativos previstos nos documentos do PME. Mais do que isso, ao nos depararmos com os desafios encontrados, lidamos com a necessidade de colocar, cada vez mais, em diálogo os sujeitos e instituições que tecem a Educação Integral, para que esta possa ser efetivamente:

[...] fruto de debates entre o poder público, a comunidade escolar e a sociedade civil, de forma a assegurar o compromisso coletivo com a construção de um projeto de educação que estimule o respeito aos direitos humanos e o exercício da democracia. (BRASIL, 2014a, p. 27).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao nos aproximarmos da experiência de Educação Integral em Vitória, elencamos fatores preciosos para entendermos diversas articulações, ações e discussões necessárias para garantir a oferta de Educação Integral nas escolas do Município. Desde o início de sua história, a Educação Integral de Vitória tem obtido destaque no seu desenvolvimento devido ao compromisso dos diversos sujeitos que a perfazem. Desde a chegada do Programa Escola Aberta, precursor da Educação Integral no Município, as demandas por uma educação diferenciada têm sido colocadas devido principalmente à concepção que norteia o Programa, a qual estreita a relação entre a comunidade e a escola.

Outro forte fator do desenvolvimento da Educação Integral em Vitória, que também teve influência do Escola Aberta, foi a presença e o fortalecimento dos comitês, os quais, em forte articulação e a partir de dinâmicas várias, foram capazes de efetivar a Educação Integral em Vitória, como agenda do Município. Perspectiva essa ainda mais fortalecida com a entrada do Programa Mais educação no Município, que foi responsável, dentre outros fatores, por ampliar significativamente o atendimento em jornada escolar ampliada. Nesse ínterim, ressalta-se a coexistência de três diferentes modelos de Educação Integral no Município gestados pela mesma coordenadoria, fato que pressupõe o atendimento a um público mais diverso, suprimindo, mesmo que em parte, a necessidade, por parte das famílias, de um atendimento diferenciado.

Nessas articulações angariadas pela SEME, ainda se destaca a dimensão da gestão compartilhada, uma vez que se efetivaram diversas parcerias entre as secretarias e algumas instituições da sociedade civil, somando esforços para o desenvolvimento da Educação Integral em Vitória. Fato que se desembocou na cessão de vários espaços na cidade para a realização das práticas da Educação Integral.

Nesse cenário, ao nos aproximarmos dos sujeitos desta pesquisa, vários desafios e limites sobre a experiência em Educação Integral foram levantados. A organização do tempo demandada pela ampliação da jornada escolar, a falta de espaços e materialidade para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como a dificuldade de se deslocar com as crianças e os jovens para as instituições parceiras



e outros espaços foram aspectos levantados, os quais necessitam de atenção especial por parte da Secretaria de Educação de Vitória. Além disso, a inserção de novos profissionais nesse cenário, embora valorizada pelos sujeitos participantes da Educação Integral no Município, demanda uma ampla discussão na medida em que muitos desses profissionais trabalham em regime precário e sem direitos trabalhistas. Acreditamos que uma política efetiva de Educação Integral busque a valorização contínua de seus profissionais.

Por fim, como foi possível observar, a Educação Integral em Vitória tem sido um forte movimento desde 2004 e tem se tornado mais complexa e dinâmica desde essa época. Assim, mesmo ressaltando os desafios já elencados, a experiência traz importantes pistas para o desenvolvimento de outras experiências de jornada escolar ampliada pelo Brasil, em seus mais diversos contextos territoriais e locais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). *Educação integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília. MEC/SECAD. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os princípios da Educação Integral e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Manual Operacional de Educação Integral*. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Programa Mais Educação: Passo a Passo*, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso\\_maiseducacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). *Educação Integral/Educação Integrada e(m) Tempo Integral: concepções e práticas na educação brasileira – Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil*. Brasília: MEC/SECAD, 2009. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 set. 2014a.

DAYRELL, J. T.; CARVALHO, L. D.; GEBER, S. Os Jovens Educadores em um Contexto de Educação Integral. In: MOLL, Jaqueline. *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades @ Produto Interno Bruto*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320530&idtema=134&search=espírito-santo|vitória|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012>>. Acesso em: 18 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades @ Vitória: Síntese das informações*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320530&search=espírito-santo|vitória|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 18 out. 2014a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Ideb – Resultados e Metas*. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2014*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 18 out. 2014a.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil: Ranking IDMH municipal 2010*. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_AtlasMunicipios](http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios)>. Acesso em: 18 out. 2014.

ROSA, A. V. do N. *Educação Integral (em) Tempo Integral: Espaços no Programa Bairro-Escola, Nova Iguaçu – RJ*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação (SEME). *Programa Educação em Tempo Integral*. 2010. Disponível em: <[http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20100930\\_tempo\\_integral\\_texto\\_3.pdf](http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20100930_tempo_integral_texto_3.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2014.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal. *Cidade melhor é a gente que faz*. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2014a.